



IVANEI SALGADO

**O LUGAR DA CULTURA NA UNIVERSIDADE: INTERFACE
ENTRE CULTURA, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS EM UMA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS**

**LAVRAS-MG
2022**

IVANEI SALGADO

**O LUGAR DA CULTURA NA UNIVERSIDADE: INTERFACE ENTRE CULTURA,
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS EM UMA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel

Profa. Ms. Camila de Assis Silva
Orientadora

LAVRAS-MG

2022

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Salgado, Ivanei.

O lugar da cultura na universidade : interface entre cultura,
extensão universitária e políticas públicas culturais em uma
universidade federal do sul de minas gerais / Ivanei Salgado. - 2022.
79 p.

Orientador(a): Camila de Assis Silva.

TCC (graduação) - Universidade Federal de Lavras, 2022.
Bibliografia.

1. Cultura. 2. Extensão Universitária. 3. Políticas Públicas. I.
Silva, Camila de Assis. II. Título.

IVANEI SALGADO

**O LUGAR DA CULTURA NA UNIVERSIDADE: INTERFACE ENTRE CULTURA,
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS EM UMA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel

APROVADA em 12 de maio de 2022.
Ms. Camila de Assis Silva - UFLA
Ms. José Edemir da Silva Anjo - UFLA)
Ms. Elisabeth Thiane Tercino de Araújo - UFLA)

Profa. Ms. Camila de Assis Silva
Orientadora

**LAVRAS-MG
2022**

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Pública por ser exemplo de qualidade em ensino, pesquisa e extensão universitária.

Agradeço a todas e a todos extensionistas que, mesmo com os diversos percalços institucionais, continuam investindo tempo e conhecimento para realização de programas e projetos de extensão.

Agradeço às fazedoras e aos fazedores de cultura que lutam contra os retrocessos culturais que se estabeleceram no Brasil no período de 2018 a 2022, e não se calam diante da barbárie.

Agradeço a todas e a todos que contribuíram diretamente e indiretamente para conclusão da minha graduação em Administração Pública. Em especial à professora Camila de Assis Silva pela orientação e significativa contribuição para conclusão deste trabalho.

Agradeço, imensamente, à minha esposa Gabriela e às minhas filhas, Angélica e Beatriz, por serem o meu “porto seguro” em meio a tantas adversidades.

RESUMO

A proposta do trabalho é discutir o papel de uma universidade federal na promoção e fruição cultural como ação de fortalecimento da política pública de cultura, e de forma específica, apontar a atuação da universidade federal estudada como entidade incentivadora e promotora de cultura por meio da extensão universitária. Para isso, a pesquisa foi realizada em documentos oficiais e relatórios de extensão universitária de uma universidade federal do Sul de Minas Gerais e, por meio desses documentos, foi possível aferir a performance universitária no desenvolvimento de ações culturais registradas como extensão universitária. O recorte temporal estabelecido na pesquisa abrangeu os anos de 2016 a 2020, período de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-2016-2020). O arcabouço teórico foi construído com amparo de estudiosos do campo da cultura e de políticas públicas, da área de Extensão Universitária e de estudos e recomendações do Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). A articulação de programas e projetos de extensão da linha temática “Cultura” com políticas públicas foi analisada com base na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), tendo o objetivo geral dessas ações extensionistas como *corpus* de análise. Os resultados apontam que os programas e os projetos de extensão universitária possuem potencial de contribuição para difusão da cultura na sociedade, devido ao número expressivo de público atendido ao longo dos anos de 2016 a 2020, e da possibilidade da atuação das universidades em diversos momentos do ciclo de produção da cultura e em diversos segmentos culturais.

Palavras-chaves: Cultura. Extensão Universitária. Políticas Públicas.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores dos Programas de Extensão na área temática “Cultura”	41
Quadro 2 – Indicadores dos Projetos de Extensão na área temática “Cultura”	42
Quadro 3 – Síntese dos indicadores dos Programas e Projetos de Extensão na área temática “Cultura”	43
Quadro 4 – Categorias de Análise	44
Quadro 5 – Alunos matriculados na universidade estudada.....	46
Quadro 6 – Ações de Extensão na área temática “Cultura”, por tipo de ação.....	47
Quadro 7 – Ações de Extensão na área temática “Cultura”	47
Quadro 8 – Ações de Extensão por Linha Temática	48
Quadro 9 – Público previsto e atendido de ações na área temática “Cultura”	49
Quadro 10 – Ações de extensão na área temática “Cultura” com parcerias externas	50
Quadro 11 – Parcerias externas de ações de extensão da área temática “Cultura”, no período de 2016 a 2020	51
Quadro 12 – Alunos matriculados x ações culturais.	65
Quadro 13 – Ocorrências de identificação de categorias de análise.....	66
Quadro 14 – Presença dos Programas de Extensão no ciclo de produção da cultura.....	66
Quadro 15 – Ocorrências de identificação de categorias de análise em projetos.....	67
Quadro 16 – Presença dos Projetos de Extensão no ciclo de produção da cultura.....	67
Quadro 17 – Ocorrências de explicitação da diretriz “Transformação e Impacto Social” no objetivo geral	68

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	CULTURA, UNIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	13
2.1	Breves considerações sobre cultura.....	13
2.2	Cultura e extensão universitária	14
2.3	Cultura e universidade: uma articulação possível	20
3	POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS	26
3.1	Mas afinal, o que é política pública?	26
3.2	Políticas Públicas Culturais no Brasil: um breve resgate	29
3	METODOLOGIA	39
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
5.1	Ações de extensão universitária na área de cultura de uma universidade federal.....	46
5.2	Cultura como política de extensão	51
5.2.1	Programa A	52
5.2.2	Programa B.....	53
5.2.3	Programa C.....	54
5.2.4	Programa D	55
5.2.5	Projeto A	56
5.2.6	Projeto B.....	57
5.2.7	Projeto C.....	58
5.2.8	Projeto D	59
5.2.9	Projeto E.....	60
5.2.10	Projeto F	60
5.2.11	Projeto G	61
5.2.12	Projeto H	62
5.2.13	Projeto I.....	63
5.2.14	Projeto J.....	64
5.3	Síntese de análise	65

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
	REFERÊNCIAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

As universidades federais brasileiras, de acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2017), constituem-se em um “patrimônio da sociedade brasileira”. Essas instituições públicas, segundo dados do Censo do Ensino Superior, em 2020 receberam 1.030.513 matrículas para cursos de graduação.¹ Além do ensino de graduação, as universidades federais atuam na formação de pesquisadores por meio da pós-graduação e desenvolvem programas e projetos de extensão universitária, constituindo o tripé ensino-pesquisa-extensão de atuação indissociável, conforme previsto no Artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988). Nesse sentido, inserida no tripé ensino-pesquisa-extensão, além de políticas institucionais, as universidades desenvolvem ações no campo da cultura que podem se constituírem de intervenções majoritariamente positivas na busca da promoção da cultura, sobretudo nas localidades de atuação dessas instituições de ensino.

Não por acaso, o Plano Nacional de Cultura – PNC, aprovado em 2010, estabelece a articulação com as pró-reitorias de cultura e extensão das universidades públicas, estratégias de ampliação e universalização do acesso à arte e à cultura, por meio de manutenção e expansão de equipamentos culturais universitários, laboratórios de criação e experimentação artística, ações de capacitação e formação de artistas e de outras carreiras que interagem com o campo da cultura.

Ainda nesse sentido, tivemos exemplos de tentativas de articulações entre o extinto Ministério da Cultura e as universidades públicas por meio de ações conjuntas. Uma delas foi o “I Seminário Cultura e Universidade: Bases para uma Política Nacional de Cultura para as Instituições de Ensino Superior”, realizado em conjunto pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Ministério da Cultura, Ministério da Educação e pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas - FORPROEX, em 2013.

De acordo com Nunes Júnior (2017), um dos grupos de trabalho do seminário abordou a fruição e a difusão da cultura produzidas no âmbito das universidades:

¹ O total de matriculados no ensino superior, em instituições públicas e privadas, foi de 8.680.354. (Fonte: Inep, 2022. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/tabelas_de_divulgacao_censo_da_educacao_superior_2020.pdf>. > Acesso: 19 mar 22)

[...]a partir dos pilares representados pelas estruturas físicas já existentes e pelas possibilidades de promoção de eventos entre as instituições presentes, com propostas que objetivaram fomentar ações e consolidar políticas culturais no âmbito das IES. (NUNES JÚNIOR, 2017, p. 18).

Outro exemplo de articulação entre governo federal e instituições de ensino superior foi o Programa Mais Cultura nas Universidades, instituído pela Portaria Interministerial nº 18, de 18/12/2013, com objetivo de ampliação da ação das universidades e institutos federais de educação na

“[...] difusão e preservação da cultura brasileira e na construção e implementação das políticas culturais, contribuindo para a formação artística, cultural, cidadã e crítica de estudantes, a fim de atender às demandas de desenvolvimento local e regional e, estimular pesquisas nas áreas das linguagens artísticas, dos setores criativos e da formação de gestores e empreendedores culturais” (BRASIL, 2018).

Na época, o programa lançou um edital para destinação de 20 milhões de reais para viabilização de planos de cultura propostos por instituições de ensino federais, contemplando 21 universidades federais e 07 institutos federais de diversos estados brasileiros, entre 101 propostas inscritas. E esse engajamento com o campo da cultura pode atuar como auxílio às políticas públicas culturais desenvolvidas pelos governos federal, estadual e municipal, inserindo esta pesquisa na linha temática Gestão de Políticas Públicas. Portanto, de que forma o papel de uma universidade federal promove e frui culturalmente como ação de fortalecimento da política pública de cultura?

Podemos ressaltar que, a articulação da universidade pública e da extensão universitária com as políticas públicas é destacada na Política Nacional de Extensão Universitária elaborada no âmbito do Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2012). Essa articulação, de acordo com o fórum, contribui para formulação de políticas públicas e para o fortalecimento da extensão universitária. Porém, conforme alerta o próprio documento, as ações de extensão universitária não podem substituir a responsabilidade do Estado na garantia dos direitos de cidadania ou na provisão de bens públicos.

Essa percepção apontada pelo FORPROEX está relacionada às oito áreas temáticas de atuação da extensão universitária brasileira, sendo a cultura uma delas. Nesse sentido, o desenvolvimento de ações culturais em ambiente interno e externo à universidade está em contexto com a Política Nacional de Extensão e com o fórum de pró-reitores dessa área.

Essa linha temática contempla:

desenvolvimento de cultura; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; folclore, artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de artes plásticas e artes gráficas; produção cultural e artística na área de fotografia, cinema e vídeo; produção cultural e artística na área de música e dança; produção teatral e circense; rádio universitária; capacitação de gestores de políticas públicas do setor cultural; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; cultura e memória social. (FORPROEX, 2001, p. 25)

Partindo dessa sinalização de possibilidade de articulação da extensão universitária com as políticas públicas de Estado, é relevante pesquisar a atuação das universidades federais na promoção da cultura no sentido de apontar se estas instituições de ensino superior, de fato, incentivam e investem em ações dessa natureza por meio de programas, projetos, cursos e eventos de extensão universitária.

É possível verificar em gestões anteriores ao governo brasileiro de Jair Bolsonaro, eleito em 2018, uma percepção estatal da importância da universidade pública no contexto da política cultural brasileira por meio de ações conjuntas entre ministérios e universidades. Dois exemplos dessa percepção foram: I Seminário Cultura e Universidade: bases para uma política nacional de cultura para as Instituições de Ensino Superior, realizado em Salvador/BA no mês de abril de 2013, que propôs um debate entre o extinto Ministério da Cultura (MinC) e universidades públicas, sobre o papel dessas instituições em uma política nacional de cultura; e o Edital Mais Cultura nas Universidades, lançado em 2015 prevendo concessão de recursos financeiros para realização de projetos culturais propostos pelas universidades.

No entanto, na atual conjuntura política não há outras ações do governo federal propondo a articulação entre universidades e Estado para promoção e difusão cultural. Pelo contrário, por algumas medidas governamentais, tais como o decreto 9.741 de 29 de março de 2019 que bloqueou parte dos recursos para despesas discricionárias das instituições federais, pelo anteprojeto de lei do Programa Future-se, que, entre outras medidas, exige a formalização entre as universidades federais com uma Organização Social (OS) para gestão administrativo-financeira e pelas polêmicas levantadas pelo ex-ministro da educação Abraham Weintraub, verifica-se que há uma relação pouco amistosa entre o atual governo federal e as universidades federais. Diante dessa relação, pode-se ocasionar corte de investimentos no ensino superior e, conseqüentemente, diminuição da ação universitária na promoção, difusão e fruição da arte e da cultura.

Portanto, diante desse cenário, estudar a atuação das universidades públicas como entidades de fomento, apoio e promoção da cultura constitui-se como uma necessidade social, institucional e acadêmica. A importância institucional do trabalho se verifica no sentido de atuar como veículo de publicização da atuação das universidades como entidades difusoras da cultura. A importância social se verifica no sentido de apresentar à sociedade o papel dessas instituições na difusão da cultura. A importância acadêmica se verifica como uma contribuição social para o campo de estudos da cultura, especificamente, em seu lugar na universidade federal.

Diante disso, o presente trabalho propõe discutir o papel de uma universidade federal na promoção e fruição cultural como ação de fortalecimento da política pública de cultura, e de forma específica, apresentar ações de extensão universitária e a atuação de uma universidade federal como entidade incentivadora e promotora de cultura por meio da extensão universitária.

Neste trabalho, a cultura é tratada como geradora de um bem cultural que pode ser difundido e promovido na sociedade em seus segmentos diversos, como música, artes cênicas, patrimônio material e imaterial, artes visuais, entre outros. No primeiro momento, é apresentado, de forma sintética, o conceito de cultura, extensão universitária e alguns aspectos do mercado cultural da atualidade e seus desdobramentos em relação à atuação das universidades nesse setor por meio da extensão universitária. Seguido por considerações acerca de políticas públicas e políticas culturais. Posteriormente, é apresentado o percurso metodológico do trabalho, resultados e análises e as considerações finais.

2 CULTURA, UNIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

2.1 Breves considerações sobre cultura

A definição de cultura é ampla e divergente em certos contextos e, ao mesmo tempo, está relacionada aos modos de viver dos povos, às manifestações artísticas, às tradições populares, à gastronomia, entre outros. Segundo Santos (2006), a cultura pode remeter a todos aspectos sociais de um povo, uma nação ou grupos inseridos em uma sociedade. Ou ainda, de maneira específica, relacionada aos conhecimentos, às ideias e crenças de um povo. Na primeira concepção, o termo assume um caráter totalizante, enquanto na segunda, “[...]a cultura diz respeito a uma esfera, a um domínio, da vida social” (SANTOS, 2006, p. 25).²

Com essa materialização em “produto”, a cultura pode se encaminhar para uma perspectiva de desenvolvimento cultural ou ser inserida em um contexto de indústria cultural³. E, “[...] existe indústria cultural quando os bens e serviços culturais se produzem, reproduzem, conservam e difundem segundo critérios industriais e comerciais, isto é, em série e aplicando uma estratégia de tipo econômico [...]” (ANVERRE, 1982 apud SARAVIA, 2012, p. 95). Girard (1978) apud Saravia (2012) ressalta a existência de indústria cultural a partir do momento que determinada obra é difundida ou reproduzida por técnicas industriais. Golding (1979) é mais enfático: “a indústria cultural é a invasão do campo cultural pelo modo de produção capitalista (GOLDING, 1979 apud SARAVIA, 2012, p. 95).

A cultura então pode ser materializada em bem cultural ou produto cultural. E, por isso, necessita de veículos e vetores para sua difusão, isto é, de eventos, exposições, concertos, shows, publicações, entre outros. Além da criação da obra pelos artistas, aqueles que difundem e organizam a cultura estão inseridos em um extenso sistema que vai da criação à preservação. Esse sistema, proposto por Rubim (2019), permite uma divisão do trabalho ao relacionar nesses momentos, configurados em ações, atores específicos e profissões especializadas.

Esse sistema, segundo Rubim (2009) contempla os seguintes momentos:

² O autor exemplifica essa conotação totalizante ao se referir a expressões de cunho genérico como “a cultura francesa” é diferente da “cultura asteca” ou da “cultura camponesa”, porém o sentido do termo é o mesmo. Na segunda concepção, a referência à cultura francesa está relacionada com literatura, música, idioma etc.

³ Termo cunhado por Adorno e Horkheimer

[...]criação, inovação e invenção (i); difusão, divulgação e transmissão (ii); circulação, cooperação, intercâmbios, trocas (iii); análise, crítica, estudo, investigação, reflexão, pesquisa (iv); fruição, consumo e públicos (v); conservação e preservação (vi); organização, gestão, legislação e produção da cultura (vii)” (RUBIM, 2009, p. 16).

Ainda segundo Rubim (2009), no primeiro momento, de criação cultural, encontram-se os artistas, cientistas, intelectuais e criadores das manifestações culturais; no momento da difusão, divulgação e transmissão atuam os educadores e professores e os profissionais de comunicação; o terceiro momento requer a atuação de mediadores culturais, sejam institucionais ou particulares; a pesquisa, investigação e reflexão sobre a cultura são realizadas por estudiosos do campo da cultura e críticos culturais; a fruição e consumo não requer um profissional especializado, pois está relacionada a ampliação do consumo cultural e, portanto, da fruição e formação de público; no sexto momento atuam os arquitetos, restauradores, museólogos, arquivistas, bibliotecários, entre outros profissionais que atuam na preservação e conservação do patrimônio tangível e intangível; por fim, o sétimo momento do sistema, demanda a atuação dos formuladores de políticas culturais, gestores, produtores, promotores, programadores e animadores culturais.

Sobre a inclusão da universidade no campo da cultura, Rubim (2019) afirma que a universidade pode intervir “[...]na criação, transmissão, difusão, distribuição, veiculação, preservação, consumo, pesquisa, crítica, curadoria, organização e legitimação. Ou seja, todo ciclo da cultura pode ser mobilizado por ela [...]” (RUBIM, 2019, p. 10). Um dos caminhos para a atuação das universidades federais na difusão cultural é por meio da extensão universitária, que será tratada a seguir.

2.2 Cultura e extensão universitária

O surgimento da prática extensionista ocorreu na Inglaterra na segunda metade do século XIX como ação de formação para adultos que não tinham acesso ao ensino universitário. Nos Estados Unidos, a extensão foi caracterizada pela prestação de serviços, principalmente, destinada à área rural. Na América Latina, a extensão esteve ligada aos movimentos sociais, com destaque ao Movimento de Córdoba de 1918, estabelecendo uma relação entre universidade e sociedade (MELO NETO, 2002; SOUSA, 2010).

No Brasil, a Universidade de São Paulo, criada em 1911, é considerada como a primeira instituição a desenvolver práticas extensionistas, na época, por meio da Universidade Popular com cursos gratuitos para a comunidade (NOGUEIRA, 2005). Sousa (2010) traça um perfil histórico da extensão universitária do Brasil colônia, passando pelo Estado Novo, golpe militar de 1964, redemocratização do país e dias atuais. Segundo Sousa (2010) e Nogueira (2005), essa prática ganhou reforço com o Movimento Estudantil, por meio da União Nacional dos Estudantes, com a criação do Centro de Cultura Popular (CPC), Centro de Estudos Cinematográficos, Serviço de Extensão Cultural (SEC) e UNE Volante.

O Estatuto das Universidades Brasileiras constante do Decreto 19.851/31, instituído por Getúlio Vargas, traz a primeira referência legal à Extensão Universitária (NOGUEIRA, 2005). No artigo 109 do decreto, o objetivo da extensão é difundir “[...] conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo” (BRASIL, 1931). Esses objetivos seriam realizados “[...] por meio de cursos intra e extra-universitários, de conferências de propaganda e ainda, de demonstrações práticas que se façam indicadas”. (BRASIL, 1931).

Já a partir da década de 1980, devido a abertura política, começam a surgir novos debates em torno das universidades brasileiras, possibilitando a criação de fóruns. Entre eles, o FORPROEX, de 1987 (SOUSA, 2010).

Na época da constituição do Fórum havia uma necessidade premente de se conhecer e entender a Extensão Universitária. A Extensão, dentro da Universidade Brasileira, estava carente de uma conceituação que possibilitasse nortear sua prática. As mais diversas atividades se colocavam como extensionistas e, às vezes, estavam completamente desvinculadas da vida acadêmica. (SOUSA, 2010, p. 99).

O conceito atual de Extensão Universitária foi concebido em 1987, durante o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em Brasília. Com o tema: “Conceito e Institucionalização da Extensão”, a Extensão Universitária foi conceituada como:

Processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade,

docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (FORPROEX, p.11, 1987).

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, p.11, 1987).

A Constituição Federal de 1988 estabelece, no Artigo 207, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Dessa forma, essa conjunção de funções convencionada em “tripé” de manutenção da universidade, principia que os três pilares devem estar integrados na vida acadêmica dos docentes e discentes das universidades. Já posteriormente, a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), no Artigo 43, inclui a Extensão Universitária como finalidade da educação superior “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei 10.172/2001 estabeleceu em Objetivos e Metas da educação superior, a implantação de Programa Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior entre 2001 e 2004. A mesma lei previa o cumprimento de 10% dos créditos da graduação em atividades de extensão universitária pelos alunos. Essa meta não foi cumprida e o Plano Nacional de Educação referente ao decênio 2011-2020 contempla novamente essa proposta (BRASIL, 2010).

As ações de extensão universitária brasileira, conforme consta no Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo FORPROEX, são classificadas em oito áreas temáticas: 1. Comunicação; 2. Cultura; 3. Direitos humanos; 4. Educação; 5. Meio ambiente; 6. Saúde; 7. Tecnologia; 8. Trabalho. As áreas abrem possibilidade de desenvolvimento de ações em 53 linhas temáticas. Dessas linhas, oito estão diretamente ligadas à arte e à cultura. São elas: Artes cênicas;

Artes integradas; Artes plásticas; Artes visuais; Mídias-artes; Mídias; Música; e Patrimônio cultural, histórico e natural⁴ (FORPROEX, 1999; FORPROEX, 2007).

Diante dessas áreas e linhas temáticas, é perceptível que a Extensão Universitária pode ser desenvolvida em diversas áreas podendo contribuir com o desenvolvimento social e humano por meio de programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviços. E, cabe aqui, definir, conforme o Forproex (2007), esses formatos de ação de extensão:

- I. Programa: é o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.
- II. Projeto: é a ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado.
- III. Curso: é a ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos.
- IV. Evento: é a ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.
- V. Prestação de serviço: é a realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem. (FORPROEX 2007, p. 35-39)

A Política Nacional de Extensão Universitária, proposta pelo Forproex, também estabelece uma diretriz da extensão universitária, ou seja, para ação, conforme apresentada acima, para serem considerados e avaliados como extensão universitária, os programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviços devem possuir determinadas características e resultados. Conforme o Forproex (2012), constituem as diretrizes da extensão universitária: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão,

⁴ É importante destacar essas linhas temáticas, pois estão associadas às ações de extensão desenvolvidas pela universidade pesquisada.

Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social. Abaixo, apresentamos a conceituação dessas diretrizes.

A diretriz “Interação Dialógica”:

[...] orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. (FORPROEX, 2012, p. 30).

A Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade busca combinar “[...] especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações” (FORPROEX, 2012, p. 31).

A diretriz de Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão:

[...] reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa) (FORPROEX, 2012, p. 32).

O Impacto na Formação do Estudante infere que as atividades extensionistas se “[...] constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam (FORPROEX, 2012, p. 34).

v) Impacto e Transformação Social:

[...] reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. (FORPROEX, 2012, p. 35).

Portanto, podemos dizer, em consenso com o Plano Nacional de Extensão Universitária, que um dos lugares da cultura nas universidades federais é a Extensão Universitária e, diante das diretrizes extensionistas, principalmente a que prevê impacto e transformação social, há possibilidade de articulação em questões voltadas aos interesses da população e do

desenvolvimento social e regional, bem como o aprimoramento das políticas públicas culturais. Nunes Júnior (2017), em seu estudo sobre gestão cultural em instituições de ensino superior públicas brasileiras, detectou que na maioria das instituições, a cultura está diretamente ligada à Pró-reitoria de extensão ou órgão equivalente. Na pesquisa, em 88 das 99 instituições pesquisadas, correspondendo a 84,6%, verifica-se essa relação. O autor ressalta:

Embora a cultura nas universidades não deva ser limitada apenas à extensão universitária, é por meio deste campo de ação que o fazer cultural pode ser trabalhado por meio de uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade universitária, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. (NUNES JÚNIOR, 2017, p. 24)

No contexto brasileiro, a relação da extensão universitária e o campo da cultura foi intensificada por meio de ações do movimento estudantil. A União Nacional dos Estudantes (UNE) teve papel significativo na vida política do país e buscava o rompimento das barreiras entre a universidade e o povo. Na área de educação e cultura, o Serviço de Extensão Cultural (SEC), o Movimento de Cultura Popular (MCP) e o Centro Popular de Cultura (CPC), representavam esforços conjuntos entre estudantes, professores e técnicos, caracterizando a extensão universitária (SOUSA, 2010; NOGUEIRA, 2005; MELO NETO, 2002). Mais especificamente em arte e cultura, o CPC foi atuante nas artes cênicas, literatura, música e cinema. Segundo Sousa (2010), as ações do CPC podem ser consideradas como extensão, pois “procurava instrumentalizar o povo, através da arte, para torná-lo capaz de participar na transformação da sociedade” (SOUSA, 2010, p.47). A autora disserta sobre a cultura na universidade:

A cultura, sua promoção e a participação da Universidade junto ao seu desenvolvimento na sociedade, deve ser tomada como uma tarefa acadêmica, permeando a existência da Universidade em todas as direções. Não se pode esquecer que a aproximação com a Sociedade deve ser realizada conforme os interesses de ambas as partes, e não em sentido unilateral. As atividades culturais podem então significar este caminhar em direção a um encontro. (SOUSA, 2010, p.124).

Porém, não há um consenso em relação à qual estrutura administrativa-institucional a produção e gestão cultural desenvolvida pela universidade deve estar atrelada. Se por um lado a prerrogativa da Extensão Universitária é a interação dialógica com a sociedade, aquelas ações culturais desenvolvidas no ambiente da instituição de ensino devem ser geridas por qual órgão?

Conforme Molina (2019), as ações culturais promovidas pelas IES não devem ter o envolvimento do público externo da instituição como prerrogativa para sua realização. Isto é, ainda que o público externo possa e deva ser beneficiado por determinada atividade, essa perspectiva não deve ser uma condição *sine qua non* para realização.

Por outro lado, de acordo com Arruda (2017) e Molina (2019) há instituições que possuem órgãos específicos para atuação em gestão e produção cultural. Os dois autores apontam a Universidade Federal do Cariri (UFCA), criada em 2013 no estado do Ceará, como um caso “emblemático” por já criar uma pró-reitoria de cultura, além das pró-reitorias de graduação, pós-graduação e extensão. Molina (2019) também cita a iniciativa da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em criar uma pró-reitoria específica para cultura desvinculada da extensão.

Trata-se de um reconhecimento institucional da importância da cultura e da arte para a formação dos estudantes, ao mesmo tempo em que favorece a estruturação de políticas de fomento, produção, difusão e criação do campo artístico e cultural. (MOLINA, 2019, p. 90).

Porém, independente da alocação da cultura nas universidades, é certo que estas possuem um papel fundamental na difusão e preservação da arte e da cultura. E, como preconizado por Campomori (2008), a cultura, diante de suas implicações, seja o quarto pilar no tripé da educação superior brasileira.

A seguir, apresentaremos as possibilidades da contribuição da IES, especificamente das universidades federais, para as políticas culturais e políticas públicas para cultura.

2.3 Cultura e universidade: uma articulação possível

Em 1948, após a Segunda Guerra Mundial, diversos países assinaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O artigo XXVII do documento garantia a todos o direito “de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios (ONU, 2000, p. 13). Pela Constituição Federal, o Estado garantirá a todos os indivíduos “o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988/2001). Desse modo, como as universidades públicas federais, por meio do Ministério da Educação (MEC), são órgãos da administração pública indireta, é possível cumprir o disposto da

Constituição Brasileira no que tange à cultura, também por ações geridas e promovidas por essas instituições públicas?

No Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei 12.343/2010, consta como uma das estratégias para atingir os objetivos propostos, o desenvolvimento de políticas públicas e articulação com as pró-reitorias de cultura e extensão universitária para potencialização dos equipamentos culturais universitários. Consequentemente, as ações coordenadas ligadas à área cultural podem interferir de maneira significativa nas cidades sedes das universidades.

Neste sentido, segundo Leopoldo e Silva (2001), a universidade pública deve ter uma relação intrínseca com a cultura. Para o autor, a autonomia universitária não abstrai as instituições da função social. “A abstração ocorreria precisamente se a universidade servisse imediatamente a determinados interesses, com exclusão de todos os outros que atravessam uma sociedade complexa e contraditória” (LEOPOLDO; SILVA, 2001, p. 301).

Lima (2005) afirma que:

A inserção da universidade na comunidade não pode ser esporádica, pontual, feita na base da boa vontade, no espontaneísmo dos alunos, como prática assistencialista [...] deve ser realizada de modo planejado, com ações referenciais dentro de um programa consistente e solidamente construído com a participação dos atores sociais [...] (LIMA, 2005, p.155).

Portanto, baseado na percepção de Lima (2005), a relação da universidade e comunidade deve ser dialógica, isto é, ser uma via de mão dupla de compartilhamento de saberes fazeres. E, ainda nesse sentido, a cultura pode ser um vetor dessa relação dialógica, pois conforme Barros (2008) a cultura gera desenvolvimento humano e identidade não só por permitir ao indivíduo acesso ao conhecimento, mas também por fornecer instrumentos para o reconhecimento e o autoconhecimento.

Fortalecendo essa perspectiva de ação da universidade, resgatamos o sociólogo Boaventura de Sousa Santos:

[...] No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às actividades de extensão (com implicações no *curriculum* e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação activa na construção da coesão social, no

aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural (SANTOS, 2005, p. 175).

Em linhas gerais e baseado no Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal a “Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum[...]” (BRASIL, 1994). Assim, as ações das universidades federais como entes da Administração Pública Indireta, devem ser impelidas para atuarem positivamente na sociedade.

Lima (2005) afirma que a universidade deve atuar na comunidade, contudo, “não deve assumir compromissos que são inerentes à própria comunidade, muito menos substituir políticas públicas, que constituem funções do Estado” (LIMA, 2005, p. 155). Por outro lado, a abordagem multicêntrica de políticas públicas permite a atores não estatais, além da participação na elaboração, atuarem também na implementação e liderança de processos de políticas públicas (SECCHI, 2010).

Para Saravia (2012), políticas públicas podem ser consideradas como “[...] um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade” (SARAVIA, 2012, p. 93).

Essas intervenções administradas por agentes estatais ou pela sociedade civil podem ser realizadas na forma de instituição de normas jurídicas (exclusivas pelo Estado) ou procedimentos sistemáticos de relação entre indivíduos e objetos culturais ou na forma de ações culturais diretas, exemplificadas como construção de centros de cultura, apoio às manifestações culturais, entre outros (COELHO, 2007, p. 292).

Uma política cultural democrática está mais ligada às necessidades e demandas da população e, não necessariamente, às aquelas que oferecem espetáculos para a maioria (CANCLINI, 2010, p. 109).

Se considerarmos a política cultural, veremos que ela abarca desde a preservação dos monumentos históricos até o fomento da cinematografia, passando pelas diversas atividades possíveis no campo das artes plásticas, do teatro, da música, etc. As ações públicas em cada um desses setores estarão sujeitas a prioridades determinadas, por sua vez, por linhas políticas e ideológicas: a áspera e antiga discussão sobre cultura erudita, cultura popular e cultura de massas; a questão do nacional versus o cosmopolita; a ação das indústrias culturais, integram o conjunto de problemas a partir de cujas respostas serão feitos os investimentos e alocados os recursos. (SARAVIA, 1990 citado por SARAVIA, 2012, p. 94).

O Forproex (2012) reafirma o posicionamento de não substituição das atividades estatais pelas universidades, no entanto, entende que a universidade pode contribuir com esforços e subsídios para implementação de políticas públicas:

Os efeitos positivos da articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas podem advir, em primeiro lugar, de uma contribuição direta dos atores acadêmicos, por meio de suas ações extensionistas, na formulação, implementação e avaliação dessas políticas, especialmente as sociais, favorecendo, assim, o próprio fortalecimento das ações de extensão a elas vinculadas, em termos de financiamento, cobertura, eficiência e efetividade (FORPROEX, 2012, p. 26).

A articulação da extensão universitária com as políticas públicas se estabelece em áreas prioritárias, entre elas “a promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes” (FORPROEX, 2012, p. 27).

Lázaro (2003) coloca a cultura como ação:

A universidade deve ser lugar de cultura no sentido de um convite permanente à ação. Tanto a multiplicidade de linguagens que a universidade deve oferecer para o uso das comunidades – interna e externa – quanto os modos de desfrutar e utilizar estas linguagens assim como as iniciativas de formação de plateias, todas estas formas de fazer da universidade um lugar da cultura devem ter em vista a finalidade maior de formar indivíduos críticos e fortemente envolvidos com suas comunidades (LÁZARO, 2003, p. 27).

A percepção estatal da importância da participação das universidades reflete na elaboração de metas do Plano Nacional de Cultura, no qual consta uma interlocução com a universidade, no sentido de desenvolvimento de “[...] uma política de apoio à produção cultural universitária, estimulando o intercâmbio de tecnologias e de conhecimentos e a aproximação entre as instituições de ensino superior e as comunidades” (BRASIL, 2010). Não por acaso, o cargo de produtor cultural consta no quadro de servidores das universidades federais brasileiras.

Entretanto, Lemos e Conduru (2003) questionam a cultura como prática extensionista de gestão cultural. Para os autores, a contribuição da extensão universitária deveria estar relacionada ao estudo e à contribuição para políticas públicas por meio da reflexão crítica e não pela gestão.

Porém, o fechamento da universidade para a perspectiva de gestão cultural, pode distanciar esse espaço público efervescente da sociedade civil.

A cultura, sua promoção e a participação da Universidade junto ao seu desenvolvimento na sociedade, deve ser tomada como uma tarefa acadêmica, permeando a existência da Universidade em todas as direções. Não se pode esquecer que a aproximação com a Sociedade deve ser realizada conforme os interesses de ambas as partes, e não em sentido unilateral. As atividades culturais podem então significar este caminhar em direção a um encontro (SOUSA, 2010, p.124).

A partir disso, na verificação de documentos oficiais da universidade pesquisada, nota-se que a cultura integra os princípios norteadores das atividades da instituição: “VII - conservação, difusão e expansão do patrimônio cultural“ (UNIFAL, 2007, p. 2). Nos objetivos constam:

[...]

IV - realizar atividades de pesquisa, extensão e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, assim como a criação e a difusão da cultura, de modo a desenvolver o entendimento do homem e do meio ambiente em que vive;

V - pôr ao alcance da comunidade, sob a forma de cursos, ações e serviços, a técnica, a cultura e o resultado das pesquisas que realizar;

[...]

VII - participar ativamente da identificação, estudo e solução de problemas sociais e culturais, em nível nacional, regional e local, e estimular a integração de discentes, docentes e servidores técnico-administrativos em educação; (UNIFAL, 2007, p. 2)

A deliberação acerca do desenvolvimento da política direcionada à Cultura, bem como de Ensino, Pesquisa, Extensão, Administração, Cidadania e de prestação de serviços à comunidade, compete ao Conselho Universitário – CONSUNI (UNIFAL, 2007, p. 4). O órgão tem participação de professores, alunos, servidores técnico-administrativos. O Artigo 49, parágrafo 2º do Regimento Interno, institui a forma da realização das atividades de extensão e atribui a responsabilidade à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX): “§ 2º As atividades de extensão serão realizadas sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços nas áreas técnica, científica, artística e cultural” (UNIFAL, 2010, p. 16).

Em âmbito interno da PROEX, a Gerência de Arte e Cultura é setor responsável por:

[...] estimular, promover, apoiar, preservar e difundir a dimensão cultural da comunidade universitária, além de viabilizar e gerir a realização de eventos artísticos e culturais e estimular a formação de grupos e a realização de programas de intercâmbio cultural com outras instituições e/ou com a comunidade (UNIFAL, 2016, p. 9)

Portanto, a partir dos documentos oficiais, a universidade federal estudada institucionaliza o desenvolvimento de ações culturais integradas à noção de extensão universitária. Com base nesses documentos e por meio de pesquisa documental em regimentos, normativas e relatórios e gestão e de extensão, iremos verificar as ações desenvolvidas pela universidade no campo da cultura que possam estar alinhadas à formulação e implementação de políticas públicas culturais.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

3.1 Mas afinal, o que é política pública?

O conceito de política pública não é unânime, portanto, há conceituações propostas por diversos autores e estes diferem entre si, porém, mantendo-se a concepção de que são ações realizadas com fim público. Secchi (2018), a define como uma diretriz voltada à solução de um problema público. Esse problema público pode ser o excesso ou ausência de algo que impacta a sociedade. Dias e Matos (2012) definem o termo, de forma sintética, como ações realizadas por governos ou por outros entes que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social e dar condições para todos alcançarem uma melhor qualidade de vida.

Com essas breves conceituações, é possível perceber que a palavra “política” em “política pública” não está relacionada à “política” no sentido lato de política partidária ou a figura de agentes políticos como prefeitos, vereadores, governadores, deputados, presidente da república ou senadores. Para explicar o sentido da palavra “política” em “política pública”, Secchi (2015) utiliza uma forma extremamente didática e lembra que no idioma inglês a separação de sentidos é explícita: política no sentido de atividade humana é “*politics*” e “política” como ação é “*policy*”. Para ilustrar, o autor utiliza exemplos como: (1) “meu cunhado adora falar de política” e (2) “temos que rever a política de educação superior no Brasil” (SECCHI, 2015, p. 1). Dessa forma, é possível compreender que no primeiro caso, “política” relaciona-se à atividade política e no segundo, direciona ao entendimento de “diretrizes de e para educação superior”.

Para entendermos melhor o conceito de política pública, resgataremos algumas ações governamentais que caracterizam a criação de diretrizes ou de condições para melhoria da qualidade de vida da população ou de um segmento e, portanto, são políticas públicas:

- Lei 8.313/1991, chamada de Lei Rouanet que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Por meio dessa lei, os artistas e empreendedores culturais podem obter recursos por meio de repasses governamentais (fundos de cultura) e pela renúncia fiscal pela concessão de doações e patrocínios oriundos da iniciativa privada e pessoas físicas;

- Lei 14.017/2020, a Lei Aldir Blanc, dispõe sobre ações emergenciais para o setor cultural afetado pela pandemia de covid-19 com repasse financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para investimento em ações de apoio a artistas e produtores de cultura;⁵
- Programa Universidade Para Todos (Prouni), criado pela Lei 11.096/2005, que concede bolsas integrais e parciais para estudantes de baixa renda cursarem o ensino superior em uma universidade particular;

Esses três exemplos, de políticas públicas criadas pelo Estado, deixam claros a noção destas como medidas criadas em benefício da população. Mas, entidades não estatais podem criar políticas públicas?

Conforme apresentado por Secchi (2015) essa questão é um dos “nós conceituais” da política pública, pois a abordagem estatista ou estadocêntrica, considera que as políticas públicas se dão apenas por meio do Estado e a abordagem multicêntrica ou policêntrica, que entende que, desde que o fim seja público, a natureza jurídica e espaço de atuação do ente realizador não descaracteriza a ação como política pública. Com isso, podemos ter políticas públicas criadas e implementadas por organizações da sociedade civil, empresas, redes de cooperação, etc.

Em se tratando de política pública, pela abordagem multicêntrica, segundo Frederickson (1999 citado por SECCHI, 2015, faz mais sentido distinguir esfera pública e a esfera privada ao invés de esfera estatal e esfera não estatal, pois o papel do Estado não é uniforme variando de cada país e, também, há mudanças na atuação estatal dentro de um mesmo país. “Estão cada vez mais evidentes as mudanças no papel do Estado moderno e o rompimento das barreiras entre esferas estatais e não estatais na solução de problemas coletivos [...]” (FREDERICKSON, 1999, apud SECCHI, 2015, p. 4).

Se antes apresentamos três exemplos de políticas públicas capitaneadas pela esfera estatal, cabe agora trazer ações e políticas desenvolvidas por entes privados, em parceria ou não com o Estado, porém são destinadas à esfera pública:

- Médicos Sem Fronteiras (MSF): é uma organização internacional que leva cuidados de saúde e ajuda humanitária a pessoas e locais afetados por graves crises como conflitos

⁵ A Lei Aldir Blanc será retomada na sequência.

armados, desastres naturais, epidemias, fome e exclusão de acesso aos serviços de saúde. O trabalho da organização é pautado pela neutralidade, imparcialidade e independência. A organização é mantida por doações (MSF, ?).

- Projeto Tamar: mantido por uma fundação, a entidade é referência em ações de educação ambiental, conservação e pesquisa visando à proteção das tartarugas marinhas. O projeto é mantido por doações e patrocínios de empresas, entre elas, a Petrobrás.

- Liceu de Ofícios Inovação Cidadania Cajuru (Fab Lab), mantido pela Fundação de Ação Social (FAS), fundação pública de Curitiba, é uma entidade que oferece cursos de qualificação profissional, priorizando pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Em 2021, a ação foi premiada na 2ª Edição do Prêmio de Inovação em Políticas Públicas para a Juventude, promovido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do Governo Federal.

A partir dos seis exemplos de políticas públicas apresentados, podemos entender como Políticas Públicas, as ações que interferem na esfera pública, ou seja, referem-se a "[...] aspectos de interesse comum ao conjunto dos cidadãos de uma comunidade, ou de um grupo. Em contraposição, os aspectos de interesse individual, ou familiar, dizem respeito à esfera privada" (SANTOS, 2016, p. 35). E como aponta Secchi (2018), não é monopólio do Estado a construção de políticas públicas e, além de leis ou projetos, ações que visam à solução de um problema público podem ser estabelecidas em formatos de campanhas que induzem à cidadania, premiações de incentivo à melhoria de processos, obras e até mesmo de multas, impostos e taxas que buscam inibir um comportamento prejudicial à sociedade.

E como políticas públicas são ações realizadas por entes públicos e privados para estabelecer condições para a solução de um problema público, estas podem adentrar a várias áreas, tais como saúde, educação, meio ambiente, habitação, mobilidade urbana, saneamento básico, tecnologia e inovação, transporte e diversos outros setores necessários para vida em sociedade, e, entre eles, a cultura.

3.2 Políticas Públicas para Cultura: um breve resgate

Partindo do alinhamento de políticas públicas como diretrizes que visam solucionar problemas públicos (SECCHI, 2018, p. 2) e ações para estabelecer condições de equidade e melhor qualidade de vida (DIAS; MATOS, 2012, p.12), podemos intuir que políticas públicas culturais possuem essa característica de atuação com base no “fim público”, porém, voltadas para a arte e cultura.

Canclini (2001) conceitua políticas culturais como

[...] o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados para orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social. (CANCLINI, 2001, p. 65).

Assim como o conceito de política pública, o conceito de política cultural também não é unânime, porém, compartilham perspectivas, como a conceituação de política cultural que consiste no “[...] conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura” (CALABRE, 2005, p. 2), ou “[...] o conjunto de iniciativas, tomadas [...] visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável” (COELHO, 1997, p. 292).

Conforme aponta Rubim (2007), a inauguração das políticas para cultura no Brasil aconteceu durante na década de 30, quase simultaneamente em nível municipal, com a atuação do escritor Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo (1935–1938), e em nível federal com a gestão de Gustavo Capanema, de 1934 a 1945, frente ao Ministério da Educação e Saúde, criado anteriormente em 1930.

Entre as contribuições das duas experiências, Rubim (2007) cita a ação de Mário de Andrade no estabelecimento de intervenção do estado de forma sistemática em diferentes áreas culturais; o pensamento da cultural como algo vital; a definição ampla de cultura sem o reduzi-la a “belas artes”; a noção de patrimônio não é apenas como material, mas também com bem imaterial e intangível; e o patrocínio de missões etnográficas na região amazônica e no nordeste para pesquisa dos acervos culturais das populações residentes nessas duas regiões.

No nível federal, os avanços no campo da cultura se dão pela criação da Superintendência de Educação Musical e Artística; do Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Serviço Nacional de Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937) e Conselho Nacional de Cultura (1938).

Nos períodos posteriores, outras políticas públicas estatistas foram implementadas, como a criação do Ministério da Educação e Cultura – MEC (1953) e o Conselho Federal de Cultura - CFC (1966). Esse último já criado, em 1966, e implementado, em 1967, durante a Ditadura Militar, era constituído por membros indicados pelo presidente da República, atuando nas câmaras de artes, de letras, de ciências humanas e de patrimônio histórico e artístico nacional⁶ (CALABRE, 2006, p. 81-82).

Ainda durante o período ditatorial, de acordo com Rubim (2007), foram criadas outras instituições culturais como: Fundação Nacional das Artes - Funarte (1975), Centro Nacional de Referência Cultural (1975), Conselho Nacional de Cinema (1976), Radiobrás (1976), Fundação Pró-Memória (1979), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan (1979) e Secretaria de Cultura do Mec (1981). Com o fim da Ditadura Militar, no governo José Sarney foram criados o Ministério da Cultura – MinC, pelo Decreto 91.144 de 14 de março de 1985,⁷ e a Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986⁸, que instituiu a renúncia fiscal de imposto de renda em caso de doações a projetos culturais.

Na administração seguinte, de Fernando Collor de Melo, o Ministério da Cultura, criado em 1985, pelo presidente José Sarney, foi extinto pelo Decreto 99.600, de 13 de outubro de 1990. Ainda por Collor de Melo, instituições de fomento à arte e a cultura como Funarte, Fundação Nacional Pró-Memória, a Fundação Nacional Pró-Leitura, a Fundação Cinema Brasileiro e a Embrafilme. O “caçador de marajás” também revogou a Lei Sarney e, com a atuação do então

⁶ O Conselho Federal de Cultura foi, oficialmente, dissolvido em 1990 (CALABRE, 2006, p. 81).

⁷ O Ministério da Cultura, criado em 1985 por Decreto do presidente José Sarney foi extinto pelo Decreto 99.600, de 13 de outubro de 1990, na gestão do Fernando Collor de Melo e, posteriormente, recriado pelo Decreto 696, de 8 de dezembro de 1992, pelo presidente Itamar Franco. Em 2020, o Ministério da Cultura é novamente extinto pelo governo Jair Bolsonaro, em 1º de janeiro de 2019, com transferência da atribuição da pasta para Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo.

⁸ A Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, chamada de Lei Sarney, é a precursora da Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a Lei de Incentivo à Cultura, também conhecida como Lei Rouanet.

Secretário de Cultura, Sérgio Paulo Rouanet, promulgou a Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a Lei Rouanet.

Após o impeachment do primeiro presidente eleito por eleições diretas em 29 anos, Itamar Franco, pelo Decreto 696, de 8 de dezembro de 1992, recria o Ministério da Cultura e inicia, de acordo com Miranda et al. (2014), um período de “projetos neoliberais para cultura” que perdura até 2002, passando por duas gestões de Fernando Henrique Cardoso. Segundo os autores, isso se deu pela forte presença da iniciativa privada no aporte de recursos para os projetos de cultura, mediante a política de renúncia fiscal das leis de incentivo. Dessa forma, o “[...] papel do Estado resumiu-se ao de facilitador, criando os incentivos fiscais que estimularam os detentores do capital privado a financiarem as atividades culturais e, garantiram a variedade das manifestações culturais” (MIRANDA et al, 2014, p. 34).

Ainda que com críticas, por incluir a cultura como uma “mercadoria” tendo em vista a efetiva participação das empresas e, conseqüentemente, a distribuição desigual dos recursos, o modelo é reconhecido por permitir o desenvolvimento de diversas ações culturais, constituindo uma alternativa para empreendedores culturais implementarem projetos em diversos segmentos artísticos, sejam festivais; manutenção de grupos de dança, teatro e orquestras; exposições; cursos e oficinas; e outras.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva apresentou um novo pensamento para arte e cultura no país, principalmente, com a presença do músico Gilberto Gil e, posteriormente, Juca Ferreira, como Ministro da Cultura. Estudiosos de políticas culturais, como Rubim (2010) apontam avanços estruturais em relação à cultura no país, pautada na participação social e diálogo. Essa abertura abrangeu a dimensão prática e conceitual da cultura, consistindo no abandono da “[...] visão elitista e discriminadora de cultura. Ela apresenta um contraponto ao autoritarismo estrutural incrustado em nossa história cultural” (RUBIM, 2010, p. 15).

Na dimensão conceitual, passou a entender a cultura não apenas como patrimônio material ou às artes, mas abarcando a cultura popular, afro-brasileiras, indígenas, de gênero, de orientação sexual, das periferias, audiovisuais, das redes e tecnologias digitais, entre outras percepções (RUBIM, 2014, p. 14).

Em ações práticas, a gestão de Gilberto Gil promoveu uma ampla reestruturação administrativa do Ministério da Cultura com a criação das Políticas Culturais, de Articulação Institucional, da Identidade e da Diversidade Cultural, de Programas e Projetos Culturais e a de

Fomento à Cultura. E, conforme Calabre (2007), os primeiros quatro anos da gestão foram de construção de um “real” Ministério da Cultura.

Outro ponto a ressaltar no período, foi o estabelecimento de diálogo com a sociedade civil por meio de seminários e conferências, entre elas, a I Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2005, que visava subsidiar o Sistema Nacional de Cultura – SNC (BOTELHO, 2010, p. 130). E como frutos das articulações, a Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, por meio da Emenda Constitucional nº 71, o SNC é incluído no Art. 216-A da Constituição Federal, já no governo Dilma Rouseff, em 2012, fundamentado nas políticas estabelecidas pelo PNC e regido pelos princípios por doze princípios:

- I - diversidade das expressões culturais;
- II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais
- III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais
- IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área da cultura
- IV - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas
- VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais
- VII - transversalidade das políticas culturais
- VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil
- IX - transparência e compartilhamento das informações
- X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social
- XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações
- XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura. (BRASIL, 1988/2012, Art. 216-A).

Os princípios estabelecidos convergem com a percepção de Rubim (2010) sobre a mudança de visão em relação à cultura no país, não ficando restrita ao criador cultural, ou seja, ao artista, mas colocando a sociedade brasileira como público prioritário das políticas culturais. Barbalho (2014) analisa o processo de construção e instituição do SNC e que perpassa por tensões partidárias e instabilidades ao longo das mudanças ministeriais. Segundo ele, foi no governo Dilma Rouseff que os esforços foram canalizados para a real institucionalização do SNC.

SNC situa-se entre os programas mais ambiciosos do MinC, por institucionalizar a cultura como um sistema federativo de políticas públicas. Apesar de sua importância, como se observou, o processo de implantação do Sistema passou por momentos críticos que colocou em xeque sua efetivação durante os governos Lula, em especial no início do segundo mandato. Isso se deveu aos antagonismos

e disputas que fazem parte de toda relação de poder e que foram se equilibrando ao longo dos anos (BARBALHO, 2014, p. 202).

Ainda assim, Rubim (2015) considera que houve retrocesso em relação ao ministério da Cultura de Gilberto Gil e Juca Ferreira e apresenta diversas fragilidades nas gestões de Ana Buarque de Hollanda⁹ e Marta Suplicy¹⁰, mesmo com a aprovação do SNC e do Vale-Cultura. Ainda assim, o autor aponta o esforço de articulação com outras pastas do governo, principalmente, com o Ministério da Educação, que permitiu o lançamento de programas interministeriais como “Mais Cultura nas Escolas” e o “Mais Cultura nas Universidades”, considerando-os como inovações do governo Dilma. (RUBIM, 2015, p. 27).

Seguindo na linha de um breve resgate de políticas culturais e atuações governamentais, com o *impeachment* da presidenta Dilma Rouseff, em 31 de agosto de 2016, o vice-presidente Michel Temer, extingue o Ministério da Cultura, juntamente com outros ministérios e secretarias, com a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. Com a MP, a pasta foi alocada como secretária no Ministério da Educação. Porém, devido a intensa movimentação da classe artística e ocupações de prédios do ministério e outras entidades governamentais culturais pelo movimento “Ocupa MinC”, o governo Temer recua da decisão e recria o MinC com a MP nº 728, de 23 de maio de 2016, ou seja, 23 dias após a extinção (BRASIL, 2016a; BRASIL, 2016b)¹¹.

Mesmo com a recriação e nomeação de Marcelo Calero como Ministro da Cultura, conforme Barbalho (2018), as ocupações aos prédios públicos continuaram alinhadas às mobilizações do “Fora Temer”, ainda que muitos artistas e entidades consideraram o momento para retomar negociações com o MinC e continuar com as políticas culturais.

⁹ A compositora e diretora Ana Buarque de Hollanda esteve à frente do Ministério da Cultura de janeiro de 2011 a setembro de 2012. Segundo Rubim (2015, p. 27), “o reduzido manejo político” da então ministra foi um ponto de dificuldade no diálogo para busca de alternativas e, como consequência, houve um declínio no patamar de atuação do Ministério da Cultura no Governo Lula.

¹⁰ Marta Suplicy, ex-prefeita da cidade de São Paulo, foi Ministra da Cultura de setembro de 2012 a 11 de novembro de 2014. Rubim (2015, p. 27) atribui a aprovação do SNC e do Vale-Cultura como demonstração à força política de Suplicy.

¹¹ Por meio de uma rede social, o então Ministro da Educação, Mendonça Filho, afirmou que a recriação do MinC foi um gesto do presidente Temer para “no sentido de serenar os ânimos e focar no objetivo maior: a cultura brasileira”. MARCELO Calero diz que recriação do MinC mostra 'protagonismo' do setor. **G1**, Brasília, 21, maio 2016. Política. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/calero-diz-que-recriacao-do-minc-mostra-protagonismo-do-setor.html>>. Acesso em: 28 ago 21.

O momento de crise pelo qual passou o MinC durante o chamado governo interino é fecundo ao possibilitar o acesso aos posicionamentos de diversos agentes do campo cultural brasileiro e fora dele, bem como os valores que motivaram tais posições. A par da pluralidade das tomadas de posição (a favor ou contra o MinC; contra ou a favor de Temer; a favor ou contra a volta de Dilma), constatou-se como o debate foi politizado, a ponto de ser uma fala recorrente entre os que se opunham ao impedimento da presidenta a de que a cultura era o locus privilegiado, e talvez o mais visível, de resistência àquele processo político. (BARBALHO, 2018, p. 248).

Poucos meses após as desocupações, muitas ocorridas por meio de mandado judicial e intervenção da Polícia Federal, Calero pediu demissão do MinC por se sentir pressionado pelo ministro Geddel Vieira Lima, da Secretaria de Governo, para liberar a construção de um edifício em área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, em Salvador, no qual Geddel comprara um apartamento¹². Seus sucessores foram o político Roberto Freire,¹³ João Batista de Andrade, como interino, e Sérgio Sá Leitão. Esse último, com passagens pela chefia de gabinete do ministro Gilberto Gil, de 2003 e 2006, e pela Secretaria de Políticas Culturais do MinC (CERQUEIRA, 2018, p. 8-9).

Na realidade, havia uma pressão para que a nomeação fosse política, mas diante do receio de mais reações contrárias do campo cultural, optou-se por uma indicação técnica e com trânsito no meio político. Ou seja, tratava-se de um agente que reunia a capacidade de defesa do governo a partir do lugar institucional da cultura e a de propor uma política cultural adequada à política governamental. (BARBALHO, 2018, p. 251).

Ainda de acordo com Barbalho (2018), a política cultural assumida pelo MinC de Sá Leitão foca no aspecto econômico, com propostas alinhadas em cinco pilares: gestão por resultados ou “choque de gestão”; reformas, incluindo da Lei Rouanet; transferências de programas e projetos à parceiros (municípios e estado); Plano de Diretrizes e Metas do MinC para área cultural; e a Economia da Cultura.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), em 2018, o MinC e, conseqüentemente, as políticas públicas para cultura sofreram um novo golpe em 1º de janeiro de 2019, porém, não inédito: a extinção. Pela MP nº 870, de 1º de janeiro de 2019, as prerrogativas

¹² Marcelo Calero permaneceu como ministro de 24 de maio de 2016 a 18 de novembro de 2016.

¹³ Roberto Freire, à época era o presidente nacional do Partido Popular Socialista-PPS (atual Cidadania), assumir o MinC em 18 de novembro de 2016 permanecendo no cargo até 22 de maio de 2017.

da pasta foram transferidas para Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e transferida, posteriormente, para o Ministério do Turismo pelo Decreto nº 10.107, de 6 de novembro de 2019 (BRASIL, 2019a; BRASIL, 2019b).

A gestão Messias Bolsonaro elegeu a cultura como inimiga, em conjunto com educação, ciências, artes, universidades públicas e temas relativos às mal denominadas minorias, em especial às suas manifestações de gênero, afro-brasileiras, LGBT e dos povos originários. No caso da cultura, o governo se caracteriza por agressões às liberdades de criação e de expressão, pelo retorno da censura; pelo desmonte das instituições culturais; pela demonização da cultura e das artes e pela deliberada atuação no sentido de asfixiar financeiramente a cultura. (RUBIM, 2021, p. 39).

Até então, a gestão Bolsonaro tem realizado efetivos ataques à cultura e aos artistas, por meio de seus apoiadores. De considerar o rock, notoriamente um estilo musical da contra-cultura, como incentivador ao sexo, ao aborto e ao satanismo¹⁴; de afirmar que os Beatles surgiram para implantar o comunismo¹⁵; ataques a artistas consagrados como Caetano Veloso, Gabriel Pensador e a banda Legião Urbana, associando-os ao analfabetismo cultural¹⁶; ofensas a atriz Fernanda Montenegro¹⁷; aproximação da arte brasileira com a noção nazista de nacionalismo por meio de discurso plagiado do ministro da propaganda nazista Joseph Goebbels, pelo então secretário especial de Cultura, Roberto Alvim¹⁸ (RUBIM, 2021, p.40); e, até a não aprovação do Festival de Jazz do Capão, projeto cultural submetido à Lei Rouanet, sob o argumento de uso errado de recursos públicos, pois a música deveria servir a “Deus”¹⁹(RODRIGUES, 2021).

¹⁴ Afirmação do maestro Sante Mantovani, ex-presidente da Funarte do governo Bolsonaro.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Ataques foram proferidos por Rafael Nogueira, nomeado como presidente da Fundação Biblioteca Nacional pelo governo Bolsonaro, em dezembro de 2019.

¹⁷ Roberto Alvim, ex-secretário especial de Cultura do governo Bolsonaro.

¹⁸ O discurso foi proferido no dia 17 de janeiro de 2020, por ocasião do lançamento do Prêmio Nacional das Artes. O então secretário, ouvindo o compositor Richard Wagner, favorito de Adolf Hitler, por meio de vídeo destacou “A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional e será igualmente imperativa [...] ou então não será nada”, notadamente plágio do discurso de Goebbels: “A arte alemã da próxima década será heroica, [...], será nacional com grande páthos e igualmente imperativa [...] ou então não será nada”. Diante da repercussão negativa do caso, o secretário foi demitido do cargo (RUBIM, 2021, p. 40).

¹⁹ O Festival de Jazz do Capão é um projeto cultural realizado desde 2010, na Chapada Diamantina (Bahia). O parecer da Funarte, notadamente parcial e discriminatório, foi anulado pelo Ministério Público Federal.

E, se não bastasse esse cenário animoso, as sequenciais substituições dos responsáveis pela Secretaria Especial de Cultura²⁰, a pandemia de Covid-19 que afeta o mundo todo, impactou diretamente o setor cultural. Uma pesquisa desenvolvida em parceria pela Fundação Getúlio Vargas-FGV, Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-Sebrae, aplicada nos meses de maio e junho de 2020, mostrou uma queda de 31,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do segmento de economia criativa no ano de 2020. O estudo ouviu 546 empresas criativas e 86,6% destas tiveram queda no faturamento a partir de março de 2020, e 63,4% paralisaram as atividades por conta da pandemia. De acordo com o estudo, o setor participa com 2,64% do PIB e gera quase 5 milhões de postos de trabalho (FGV, 2020).

A partir dessa perspectiva desfavorável para o setor cultural brasileiro, a partir de março de 2020 emerge uma política pública para a cultura emergencial: a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, batizada de Lei Aldir Blanc-LAB, em homenagem ao compositor Aldir Blanc, falecido em 4 de maio de 2020 por Covid-19. Nascida por meio de Projeto de Lei proposto pela deputada federal Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores-PT, e outros 23 parlamentares de partidos políticos diversos, como PT, Rede Sustentabilidade, Partido Socialismo e Liberdade- PSOL, Partido Democrático Trabalhista-PDT, Partido Socialista Brasileiro-PSB e do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB.

A justificativa para a criação dessa importante política pública de auxílio ao setor cultural baseou nos severos impactos sofridos pelas empresas e trabalhadores da cultura:

O esvaziamento das salas de cinema, dos palcos, das livrarias e museus, entre outros vai afetar os chamados trabalhadores da cultura, principalmente pelo fato de que muitos artistas e produtores culturais se enquadram na categoria de trabalhadores informais. É sobre eles que a crise econômica advinda com a pandemia do novo coronavírus será mais desastrosa. (BRASIL, 2020, p.4).

Ainda na justificativa da proposta de Projeto de Lei, os parlamentares autores lembram da instabilidade do MinC e do “desprestígio” da cultura na gestão Bolsonaro:

²⁰ Até agosto de 2021, já passaram cinco responsáveis pela Secretaria Especial de Cultura do governo Bolsonaro: Henrique Pires, até agosto de 2019, Ricardo Braga, de agosto a setembro de 2019, Roberto Alvim, de setembro de 2019 a janeiro de 2020, Regina Duarte, de março a maio de 2020, e Mário Frias, a partir de junho de 2020. (RUBIM, 2021, p. 39).

Pretendemos contribuir para que se minimizem os efeitos da crise em um setor que tem sido marginalizado pelo atual governo, que se iniciou com a extinção do Ministério da Cultura (MinC) e sua substituição por uma Secretaria Especial. Acrescente-se a isso o fato de que há patente instabilidade institucional dessa área no atual governo: criada e vinculada ao Ministério da Cidadania, a Secretaria Especial da Cultura migrou para o Ministério do Turismo e, em apenas um ano e três meses, já tivemos quatro titulares no exercício de sua gestão (BRASIL, 2020, p. 4).

Por meio da Lei Aldir Blanc, o governo federal descentralizou recursos da ordem de R\$ 3 bilhões para estados e municípios criarem políticas emergenciais de repasse financeiro às empresas criativas e trabalhadores da cultural em três formatos: formato de renda mensal; subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos, micro e pequenas empresas culturais, cooperativas, entre outras; editais, chamadas públicas, prêmios, e outras formas de repasse de recursos para manutenção de espaços, realização de cursos, produções audiovisuais, atividades de economia criativa e atividades culturais que poderiam ser transmitidas por meio de plataformas digitais (BRASIL, 2020).

O fato é que, no atual contexto político, a aprovação e o sancionamento da Lei Aldir Blanc representaram uma extraordinária vitória da área cultural e um grande estímulo a um movimento nacional dos que fazem a cultura no Brasil e, no processo de execução da Lei, rapidamente se espalhou por todos os recantos do país, provocando uma importante retomada do processo de implantação do Sistema Nacional de Cultura. (PEIXE, 2021, p. 29).

Essa percepção da importância da Lei Aldir Blanc, além do necessário auxílio financeiro ao setor cultural, como estímulo à mobilização e debates em torno do SNC e, também, dos Sistemas Municipais de Cultura - SMC, é reforçada por Semensato e Barbalho (2021), em pesquisa sobre os impactos da LAB em municípios do estado do Rio de Janeiro. As cidades com mais instituições ligadas ao SNC receberam melhor a lei emergencial levando a concluir que o Sistema Nacional de Cultura, que promoveu a estruturação de sistemas municipais e estaduais de cultura, forneceu bases para melhor execução da LAB. Outro ponto apontado foi o crescimento da criação de instituições culturais em âmbito municipal, intensificando as atividades de Conselhos Municipais de Cultura e fóruns culturais (SEMENSATO; BARBALHO, 2021, p. 105-106).

Apesar do otimismo demonstrado com o poder mobilizador da Lei Aldir Blanc, Semensato e Barbalho (2021) alertam da necessidade de cautela, tendo em vista que a LAB foi uma iniciativa do legislativo e preconizam:

Depois de cumprida, o mais provável é que o governo federal siga sem maiores estímulos às políticas culturais, visto que essa não é uma prioridade na agenda governamental. Além do cenário desfavorável no contexto da União, é preciso considerar que a crise política e financeira em âmbito municipal deverá se agravar pelos efeitos da pandemia. Além disso, a cultura também não costuma ser prioridade nos investimentos públicos nas agendas governamentais municipais. (SEMENSATO; BARBALHO, 2021, p. 106).

Com essa reflexão, podemos considerar que o “alerta vermelho” ainda encontra-se acesso para o setor cultural. E pensando nisso, como a Universidade Federal pode contribuir com as políticas públicas para cultura em âmbito das cidades e regiões de atuação? Vamos tentar responder essa pergunta capítulo 4.

4. METODOLOGIA

O presente trabalho é construído por meio da pesquisa qualitativa com a obtenção de dados referente a arte e a cultura produzida pela universidade pesquisada por meio da análise de documentos oficiais e relatórios obtidos por meio de acesso ao portal oficial da instituição disponível na Internet. A universidade pesquisada consiste em uma instituição pública federal, localizada no sul de Minas Gerais, com campi em três cidades da região. A escolha da mesma para o estudo se deu pela possibilidade de atuação multicampi no campo da cultura, mesmo não oferecendo cursos na área de artes. Soma-se a isso, a facilidade de acesso aos documentos oficiais da instituição, disponibilizados para acesso livre, e a autorização concedida para acesso aos relatórios de programas e projetos de extensão. De forma a preservar o sigilo, o nome da instituição foi omitido e o título dos programas e projetos foram substituídos por letras do alfabeto.

Antes desse levantamento de dados, o percurso metodológico iniciou com considerações em relação à cultura, extensão universitária e políticas públicas. A partir desse arcabouço teórico, com conceituações *lato* e *stricto*, referente aos pontos centrais do estudo, seguindo a proposta de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011).

O material coletado para a pesquisa foi constituído de estatutos, normativas, relatórios anuais, Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI 2016-2020 e relatórios obtidos por meio de acesso ao sistema de registro de ações de extensão²¹. Ainda no início do estudo procurou-se estabelecer a hipótese de que a universidade pesquisada estabelecia uma interface com as políticas públicas culturais por meio dos projetos e programas de extensão universitária, surgindo o nosso objeto da pesquisa de compreender de que forma a universidade contribui para o desenvolvimento de políticas públicas culturais nas cidades onde estão inseridas.

O recorte temporal do objeto da pesquisa compreende os anos de 2016 a 2020, justamente o período do PDI 2016-2020. Esse recorte foi estabelecido considerando o planejamento estratégico das instituições federais de ensino, compreendido por cinco anos. Esse período extrapola o período de mandato de reitor, dessa forma envolve duas gestões administrativas e, por isso, é um *corpus* que permite uma avaliação do desenvolvimento universitário e não apenas de “uma gestão”.

²¹ O acesso ao sistema foi concedido ao autor, tendo em vista que este é servidor público do órgão pesquisado.

Conforme recomendado por Bardin (2010 apud SILVA, 2021, p. 32-33), foi realizada uma pré-análise documental, seguida da exploração do material e, por fim, o tratamento dos resultados obtidos. Na primeira etapa, está inserida a leitura inicial dos relatórios obtidos pelo CAEX e do objetivo geral dos programas e projetos; na segunda realizamos análises do material que permitiram a criação de quadros e sistematização do *corpus*; por fim, por meio dos indicadores de ações presentes no objetivo geral dos projetos foi possível identificar unidades de registro e, a partir disso, elaborar categorias de análises.

No primeiro momento, buscamos verificar o “lugar da cultura” na universidade pesquisada. Para isso, buscamos nos documentos oficiais, como o Estatuto e o Regimento Geral, identificar se a arte e cultura integram objetivos institucionais e o órgão é o responsável pela promoção da cultura no ambiente universitário. Pelo PDI, a proposta foi identificar o tratamento da cultura no planejamento estratégico da instituição. Por meio dos relatórios de gestão e relatórios de ações de extensão, identificamos, os projetos e programas de extensão na área temática “Cultura”, definida pelo Forproex, desenvolvidos por ano bem como se há alguma articulação com as políticas públicas para cultura no município de Alfenas, além do público atendido pelas ações.

Os documentos oficiais estão disponíveis no portal da universidade, na *internet*, sendo de acesso público. Ademais, com a autorização de acesso para geração de relatórios anuais de ações de extensão universitária na área de cultura, foi elaborada uma planilha de controle de dados. Esses dados serão apresentados a seguir em formato de quadros elaborados pelo autor.

Por meio desse levantamento, é possível apontar a vocação cultural da universidade, o avanço ou retrocesso na área por meio do número de ações aprovadas e desenvolvidas, bem como o atendimento de público, uma vez que as propostas preveem tipos e quantidade de público alvo do programa ou projeto. Observar-se-ão, um número expressivo de ações culturais nos formatos de programas, projetos, eventos e cursos. Porém, o foco da pesquisa são os programas e projetos, tendo em vista a natureza dessas ações de abrirem possibilidades de se articularem com as políticas públicas para cultura, uma vez que são desenvolvidas, no caso da universidade pesquisada, por um período de até 12 meses. Diferentemente dos eventos e cursos que tendem a ser pontuais e de curta duração.

E, com base nos dados levantados dos programas e projetos, passou a exploração do material pré-analisado para verificar a existência de interface entre os programas e projetos desenvolvidos com as políticas públicas estatais. Essa verificação se deu por meio dos objetivos

gerais das propostas, de forma a inferir como essa interface é estabelecida, visando responder o problema da pesquisa e refutar ou confirmar a hipótese que as ações culturais desenvolvidas na universidade estão alinhadas às políticas para cultura.

A seleção das ações para esse fim foi guiada pela presença de parceiros institucionais no escopo da ação extensionista. A hipótese da possibilidade da interface reside na condição *sine quo non* de termo de parceria assinado para aprovação do projeto. Portanto, o projeto/programa alinhado a uma política pública, seja ela estatista ou não estatista, em tese, deveria ter apresentado um termo de parceria com prefeitura, organização não governamental, conselho municipal, entre outros.

A partir disso, seguindo a proposta de Bardin (2011), foram criadas categorias de análise baseadas nos objetivos gerais dos programas e projetos que apresentaram parcerias institucionais. E no “objetivo geral”, conforme orientação disponibilizada no painel de submissão de propostas de extensão da universidade pesquisada, procura-se “explicitar de forma sucinta o objetivo principal da ação” (UNIFAL - MG, 2022), foi entendemos a possibilidade de identificar a proposta principal do projeto ou do programa de extensão universitária na área temática “Cultura”.

No quadro abaixo, apresentamos os principais indicadores de ações expostos nos objetivos dos quatro programas de extensão selecionados, separados por ano de execução:

Quadro 1 - Indicadores dos Programas de Extensão na área temática “Cultura”.

Ação de Extensão	Ano	Indicadores
Programa A	2017	Fortalecer ações artísticas musicais
Programa A	2018	Fortalecer ações artísticas musicais
Programa A	2019	Fortalecer ações artísticas musicais
Programa A	2020	Fortalecer ações artísticas musicais
Programa B	2020	Difusão cultural, promoção cultural, fruição cultural, diálogo com a comunidade
Programa C	2018	Construção de identidade institucional como centro de produção literária
Programa D	2020	Promoção de diálogo

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Relatório obtido pelo CAEX (2022).

Utilizando a mesma metodologia, identificamos os indicadores dos projetos de extensão apresentados, considerando o ano de execução de cada projeto, e apresentando-os, separadamente, no quadro abaixo:

Quadro 2 - Indicadores dos Projetos de Extensão na área temática “Cultura”.

Ação de Extensão	Ano	Indicadores
Projeto A	2017	Contribuir com formação cultura e humana, entretenimento
Projeto A	2018	Contribuir com formação cultura e humana, entretenimento
Projeto A	2019	Contribuir com formação cultura e humana, entretenimento
Projeto A	2020	Difusão cultural, promoção cultural, fruição cultural, diálogo com a comunidade
Projeto B	2016	Divulgação cultural
Projeto C	2017	Formação, memória
Projeto C	2018	Formação, memória
Projeto D	2016	Fortalecimento de grupo cultural
Projeto D	2018	Fortalecimento de grupo cultural, formação em teatro
Projeto E	2016	Pesquisa, divulgação
Projeto F	2017	Pesquisa, divulgação
Projeto G	2017	Formação, estudos
Projeto H	2016	Oportunidades, promoção, qualidade de vida, fruição cultural, contribuição
Projeto I	2016	Formação, pensamento crítico
Projeto J	2018	Formação, ludicidade

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Relatório obtido pelo CAEX (2022).

A partir desses indicadores, construímos categorias para análises. Nessa construção, identificamos os recorrentes indicadores de ações para, em sequência, elaborar categorias que abarcam esses indicadores de ações dos programas e projetos de extensão. No quadro abaixo, apresenta os indicadores de cada edição dos programas e projetos congregados, de forma a se constituírem de indicadores-base para criação das categorias de análise.

Quadro 3 - Síntese dos indicadores dos Programas e Projetos de Extensão na área temática “Cultura”.

Programa A	Programa B	Programa C
Fortalecer ações artísticas musicais	Difusão cultural, promoção cultural, fruição cultural, diálogo com a comunidade	Construção de identidade institucional como centro de produção literária
Programa D	Projeto A	Projeto B
Promoção de diálogo	Contribuir com formação cultura e humana, entretenimento, difusão cultural, promoção cultural, fruição cultural, diálogo com a comunidade	Divulgação cultural
Projeto C	Projeto D	Projeto E
Formação, memória	Fortalecimento de grupo cultural, formação	Pesquisa, divulgação
Projeto F	Projeto G	Projeto H
Pesquisa, divulgação	Formação, estudos	Oportunidades, promoção, qualidade de vida, fruição cultural, contribuição
Projeto I	Projeto J	
Formação, pensamento crítico	Formação, ludicidade	

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Relatório obtido pelo CAEX (2022).

Alguns indicadores são recorrentes, como formação, pesquisa, fortalecimento de ações, divulgação, fruição, promoção, entretenimento, diálogo e pensamento crítico; outros como construção de identidade como centro de produção literária e memória ocorrem em dois projetos. A partir dessa incidência, condensamos os indicadores que coadunam entre si, ou seja, indicam uma ação comum, em categorias intermediárias.

Quadro 4 - Categorias Finais de Análise.

Categorias Intermediárias	Categorias finais
Fortalecimento de ações culturais	Difusão cultural
Difusão e fruição cultural	
Divulgação cultural	
Promoção cultural	
Fortalecimento e construção de uma imagem da instituição de fomentador a arte e cultura	Construção de identidade institucional
Promoção de diálogo	Formação humana e reflexão crítica
Promoção do pensamento crítico	
Formação humana	
Memória	Memória
Entretenimento e ludicidade	Entretenimento
Formação em música e em teatro	Formação artística

Fonte: Elaborado pelo Autor com Base em Relatório Obtido pelo CAEX (2022).

Além das categorias criadas a partir da análise dos objetivos, procuraremos situar os programas e projetos analisados no sistema proposto por Rubim (2009) que apresenta sete momentos distintos, da criação da obra até a organização e legislação da cultura, conforme apresentado no primeiro capítulo deste trabalho. E como o autor afirma que a universidade pode mobilizar todo esse ciclo cultural, achamos pertinente situar as ações analisadas.

Como o principal *corpus* de análise é o Objetivo Geral, o qual explicita ou indica o programas e projetos de extensão analisados buscam a partir de sua execução, também procuraremos identificar o alinhamento das ações analisadas quanto à diretriz extensionista “Impacto e Transformação Social”, a qual, conforme o Forproex:

[...]reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. (FORPROEX 2012, p. 35).

Portanto, os programas e projetos serão analisados para verificação da possível interface com as políticas públicas culturais, das ações promovidas pela universidade federal estudada, por meio da categorização dos indicadores de ação presentes no Objetivo Geral dos programas e projetos de extensão universitária na linha temática “Cultura”, e seu alinhamento com a diretriz “Impacto e transformação social”, tendo em vista a natureza do conceito de políticas públicas que, uma vez que políticas públicas são diretrizes para solução de problemas públicos (SECCHI, 2018, p. 2).

Na próxima seção serão apresentados levantamentos referentes à extensão universitária, mas principalmente, das ações culturais desenvolvidas no período de 2016 a 2020. Os resultados da análise serão apresentados no próximo capítulo.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Ações de extensão universitária na área de cultura de uma universidade federal

Conforme exposto anteriormente, o lugar da cultura na universidade federal estudada é a Extensão Universitária. Portanto, apresentaremos o panorama da cultura nessa instituição, com base em relatórios do sistema de ações de extensão e nos relatórios de gestão anos 2016 a 2020, que compreende o período do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aprovado em 2016.

O PDI 2016 - 2020 apresenta nove objetivos estratégicos da extensão universitária e, como a Extensão Universitária, é o “lugar da cultura” na universidade pesquisada, era de se esperar algum objetivo específico na área. Esse objetivo está apresentado como: “Fomentar qualitativamente as ações culturais universitárias”, o indicador de resultado é “Quantidade de ações culturais desenvolvidas e a quantidade de questionários de avaliação respondidos” e, a meta para os cinco anos é “Ampliar o percentual do indicador em incremento igual ao incremento percentual da quantidade de discentes de graduação e pós-graduação no período” (UNIFAL - MG, 2016, p. 18).

Em linhas gerais, a proposta prevista no PDI é ampliar a quantidade de iniciativas culturais em contexto com o número de alunos matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação. Assim, entende que a base de referência é o resultado do ano anterior ao PDI, ou seja, a referência para incremento é o número de alunos do ano de 2015. Para facilitar a visualização desse objetivo, apresentamos abaixo um quadro com os alunos matriculados na Universidade no período estudado:

Quadro 5 - Alunos matriculados.

Ano	Graduação	Pós-graduação	Total	% de variação em relação ao ano anterior
2015	5.986	713	6.699	
2016	6.079	886	6.965	3,97
2017	5.811	895	6.706	- 3,71
2018	5.732	831	6.563	- 2,13
2019	5.908	863	6.771	3,16
2020	6.238	981	7.219	6,61

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Portal de Dados Abertos (2022).

Pelos dados apresentados, podemos verificar que houveram pequenas alterações para menos e para mais em relação ao ano anterior. Dessa forma, entende-se que, se a universidade aumentou, no período de cinco anos, 520 alunos, considerando os anos de 2015 e 2020, ou seja, cresceu em 7,76% e, assim, o crescimento esperado para iniciativas culturais é o mesmo.

A seguir, apresentaremos o desempenho global da universidade na cultura como linha temática da Extensão Universitária:

Quadro 6 - Ações de Extensão na área temática “Cultura”.

Ano	Ações de extensão na área temática cultura	% de variação em relação ao ano anterior
2015	45	
2016	45	0
2017	45	0
2018	35	- 22,22
2019	38	8,57
2020	30	-21,05

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Relatório obtido pelo CAEX e nos relatórios de gestão (2022).

Pelos dados apresentados, percebemos uma redução no número de ações culturais ao longo do período estabelecido pelo PDI, chegando ao acumulado de queda em 33,33% considerando os anos de 2015, com 45 ações, e 2020, com 30 ações. No quadro abaixo, apresentamos as ações culturais separadas por tipo de ação.

Quadro 7 - Ações de Extensão na área temática “Cultura”, por tipo de ação.

Ano	Programas	Projetos	Cursos	Eventos
2016	1	25	1	18
2017	2	21	6	16
2018	2	21	3	9
2019	3	22	4	9
2020	4	17	0	9

Fonte: Elaborado pelo Autor com Base em Relatório obtido pelo CAEX e Relatórios de Gestão (2022).

Percebemos que o tipo de ação predominante são os projetos, portanto, a maioria das ações possui um objetivo específico e um prazo determinado e, geralmente, não ultrapassa 12 meses de duração.

Agora, é oportuno apresentar as principais linhas temáticas das ações desenvolvidas na universidade:

Quadro 8 - Ações de Extensão por Linha Temática

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulado 5 anos
Artes cênicas	10	1	2	1	1	15
Artes integradas	12	13	11	8	10	54
Artes plásticas	0			1	0	1
Artes visuais	2	2	1	2	0	7
Mídias-artes		2	1	2	1	6
Mídias			1			1
Música	4	8	8	8	7	35
Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial	5	9	5	9	4	32
Outras	12	10	6	7	7	42

Fonte: Elaborado pelo Autor com Base em Relatório obtido pelo CAEX e Relatórios de Gestão (2022).

O quadro acima nos remete a alguns entendimentos: a maioria das ações de extensão na área temática “Cultura” consiste em programas, projetos, cursos e eventos na linha temática “Artes Integradas”. Essa linha consiste em “ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística” (FORPROEX, 2007, p. 28). Portanto, essa linha que abarca fazeres artísticos e culturais diversos, mostra que as propostas desenvolvidas na universidade estão alinhadas à diversidade de linguagens artísticas e, com isso, um mesmo projeto pode atuar na música, artes cênicas, artes visuais, entre outras.

Outro indicador que merece uma reflexão é o elevado número de propostas, aqui enquadradas como outras, devido a múltiplas linhas temáticas desenvolvidas. Nessa classificação “outras”, estão ações sendo desenvolvidas em linhas como: Direitos Individuais e Coletivos;

Espaço de Ciência; Formação de Professores; Grupos Sociais Vulneráveis; Línguas Estrangeiras; Metodologias e Estratégias de Ensino/Aprendizagem; Saúde Humana; Segurança Alimentar e Nutricional; e Temas específicos/Desenvolvimento Humano. A realização de ações de extensão tendo a “Cultura” como linha temática principal mostra uma das possibilidades de interesse da cultura: o caráter multidisciplinar. Isto é, é possível realizar um projeto de cultura, porém, com objetivos focados na saúde humana ou na segurança alimentar e nutricional ou ainda, na formação de professores.

A terceira linha de extensão no ranking é a “Música”, seguido do “Patrimônio Cultural, Histórico, Natural e Imaterial”, com a quarta maior quantidade de ações desenvolvidas. Esses dois resultados também nos movem a um apontamento peculiar em relação à universidade estudada: não há oferecimento de nenhum curso regular de graduação ou pós-graduação na área de música, patrimônio ou artes. Diante disso, entendemos que as iniciativas partem mais do interesse dos próprios coordenadores, do que uma exigência curricular. No caso da linha temática “Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial”, podemos atribuir o incentivo às iniciativas, à existência de museus na universidade estudada.

Por meio dos relatórios obtidos pelo sistema de extensão, chegamos ao público previsto e atendido das ações, como segue abaixo:

Quadro 9 - Público previsto e atendido de ações de Extensão na área temática “Cultura”.

Ano	Público previsto	Público atendido	Resultado
2016	45544	32691	-12853
2017	28740	49027	20287
2018	33580	28775	-4805
2019	62855	27800	-35055
2020	60820	53834	-6986
Total	231539	192127	-39412

Fonte: Elaborado pelo Autor com Base em Relatório obtido pelo CAEX e Relatórios de Gestão (2022).

No quadro acima, constatamos o público previsto e atendido pelas ações de extensão universitária na área temática “Cultura”. No quesito público atendido, a Universidade apresenta uma diferença entre público previsto e atendido nos anos de 2016, 2018, 2019 e 2020. Somente em

2017, o público atendido foi superior ao previsto. Cabe ressaltar que na elaboração da proposta de extensão, o proponente estima a quantidade de beneficiários da ação, porém, em muitos casos, a estimativa está além da capacidade de atendimento, como percebemos pelos dados. Já o público atendido é indicado no relatório final da ação, baseado no número de indivíduos atendidos pelas atividades desenvolvidas no âmbito de programas, projetos, eventos e cursos.

Ainda como análise para verificar a existência de parcerias externas, apresentamos os números anuais das ações na linha temática Cultura. Conforme os editais de seleção de projetos para concessão de bolsas de extensão da universidade pesquisada, o proponente deve apresentar um termo de anuência da instituição parceira na submissão da ação. Atualmente, o termo de parceria prevê cooperação, coparticipação e apoio para viabilização das atividades de extensão universitária, devendo a entidade parceira se comprometer a executar, em conjunto com o proponente, o plano de trabalho e cronograma previsto “[...] zelando pela qualidade das ações, buscando o aprimoramento constante da eficiência, eficácia, efetividade, responsabilidade ética e economicidade, em suas atividades, bem como colaborar entre si para a execução das atividades” (UNIFAL-MG, 2021). Portanto, a parceria é a forma de desenvolver a ação em conjunto com outra entidade pública ou privada, podendo ser com órgãos da administração municipal, autarquia, universidades, escolas, ONGs, coletivos, movimentos sociais, associações, entre outras.

Abaixo, apresentamos o número de ações de extensão com parcerias na realização:

Quadro 10 - Ações de extensão na área temática “Cultura” com parcerias externas

Ações com parcerias externas				
2016	2017	2018	2019	2020
9	8	6	3	3

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Relatório obtido pelo CAEX (2022).

Cabe também, apresentar a natureza jurídica e a área de atuação das parcerias para possibilitar-nos avaliar a possível dimensão de inserção das ações culturais na comunidade externa à universidade. Assim, seguiremos por meio de um quadro com um demonstrativo anual:

Quadro 11 - Parcerias externas de ações da área temática “Cultura”, no período de 2016 a 2020

Ações com parcerias externas					
Ano	Órgão do poder executivo municipal	Instituições de Ensino	Entidades do terceiro setor	Entidades Privadas	Coletivos e organizações estudantis
2016	3	2	2	1	1
2017	3	3	1	3	
2018	2	1	3	1	
2019	2		1		
2020	2	1		1	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Relatório obtido pelo CAEX (2022).

A partir da identificação das ações extensionistas na área de cultura com parcerias externas, considerando que essas parcerias podem ampliar a inserção das ações na comunidade externa e, com isso, ter a tendência de não ser uma iniciativa endógena, ou seja, destinada apenas aos estudantes da universidade, buscamos verificar nos objetivos e justificativas das ações algum alinhamento mais próximo com o conceito e características de uma política pública.

5.2 Cultura como política de extensão

Nas informações dos programas e projetos obtidas por meio de relatórios do sistema de ações de extensão, verificamos a existência de parcerias estabelecidas entre programa, projetos e eventos com órgãos públicos, como secretarias e centros vinculados ao executivo municipal, associações culturais, empresas privadas, coletivos e entidades estudantis, universidades, escolas públicas e escolas de músicas. Essas parcerias podem, de certa maneira, possibilitar maior amplitude e impacto das ações e, além do atendimento dos próprios alunos, a universidade deve atuar na promoção da cultura na comunidade.

Antes da apresentação dos conteúdos e análises, buscamos organizar as ações, uma vez que o mesmo projeto ou programa pode ter sido realizado todos os anos. A partir dessa organização, identificamos quatro programas, dez projetos e dois eventos distintos, que possuem alguma parceria externa. Considerando que os programas e projetos são ações com duração de até um ano, é possível que estes tenham maior alinhamento com a política cultural das cidades onde estão

desenvolvidas e, a partir disso, passaremos a analisar os objetivos gerais dessas ações. Assim chegamos ao *corpus* de análise, que será analisado pelas categorias de análises criadas, pela localização das ações do projeto no ciclo de cultura proposto por Rubim (2009) e pela diretriz extensionista de “Transformação e impacto social”.

5.2.1 Programa A

O primeiro programa analisado atendeu em quatro anos de realização, o público de 18.579 pessoas. O objetivo geral das quatro edições mantém similaridade e são apresentados abaixo:

a) 2017: Fortalecer ações de extensão relacionadas às expressões artísticas musicais, de forma a ampliar o apoio institucional à essas atividades possibilitando maior interação entre os projetos A e B, potencializando os desdobramentos dessas iniciativas em eventos especiais, capacitações artísticas e circulação em diversas cidades.

b) 2018: Fortalecer ações de extensão relacionadas às expressões artísticas musicais, de forma a ampliar o apoio institucional a essas atividades possibilitando maior interação de conhecimentos práticos, teóricos e artístico-culturais entre os grupos musicais A, B e C e, destes com a comunidade externa à universidade.

c) 2019: Fortalecer ações de extensão relacionadas às expressões artísticas musicais, de forma a ampliar essas atividades possibilitando maior interação de conhecimentos práticos, teóricos e artístico-culturais entre os grupos musicais A, B e C e, destes com a comunidade externa à universidade.

d) 2020: Fortalecer ações de extensão relacionadas às expressões artísticas musicais, de forma a ampliar essas atividades possibilitando maior interação de conhecimentos práticos, teóricos e artístico-culturais entre os grupos musicais A, B, C e D e, destes com a comunidade externa à universidade.

O programa em questão, explicita no objetivo geral das edições realizadas de 2017 a 2020, a sua proposta de fortalecimento de ações culturais, no caso, focadas na área da música. Com base na categoria de análise *difusão cultural*, criada a partir de indicadores de ação, percebe-se que, mesmo visando fortalecer os grupos musicais componentes, por meio uma articulação e interação

de conhecimentos na área musical, o programa não deixa de cumprir sua diretriz extensionista de “Impacto e Transformação Social” por prever o desenvolvimento de ações junto à comunidade externa à universidade e, com isso, beneficiar outros indivíduos além dos próprios membros dos grupos e da comunidade universitária, agremiando a natureza das políticas públicas como ações destinadas à coletividade.

Esses indicadores presentes no objetivo geral, também permitem localizar o programa de extensão universitária no sistema de organização da cultura proposto por Rubim (2009)²², no momento de *criação, inovação e invenção* e de *fruição, consumo e públicos*, ou seja, o programa, por meio de seus grupos componentes e pelos concertos e recitais atuam como “criadores” de um produto cultural e contribuem para a fruição cultural e formação de público consumidor de música, além de atuar como elemento de difusão cultural com a circulação de produtos culturais e, por meio de parcerias, se apresenta como meio de cooperação com outros agentes da sociedade e, conseqüentemente, contribuir para políticas culturais.

5.2.2 Programa B

O público atendido pelo Programa B, em sua única edição realizada em 2020, foi de 12.146 pessoas, seguindo o objetivo geral:

a) Contribuir para difusão, promoção e fruição da arte e da cultura nos *campi* e unidades da Universidade Federal de Alfenas nas cidades de Alfenas, Poços de Caldas e Varginha por meio de ações coordenadas em formato de apresentações, exposições, mostras e oficinas permitindo uma interação dialógica entre comunidade interna e externa da universidade.

O objetivo geral do Programa B apresenta, de forma explícita, objetivos alinhados à difusão cultural, promoção cultural, fruição cultural e diálogo com a comunidade. Esses indicadores de ação, incluem a ação extensionista na categoria de *difusão cultural*, tendo em vista a possibilidade de difundir a cultura por meio de eventos culturais como apresentações, exposições, mostras e oficinas. Essa linha de atuação, coloca o programa no momento de *fruição, consumo e públicos*,

²² O sistema de organização proposto por Rubim (2009) contempla os momentos de: “[...]criação, inovação e invenção (i); difusão, divulgação e transmissão (ii); circulação, cooperação, intercâmbios, trocas (iii); análise, crítica, estudo, investigação, reflexão, pesquisa (iv); fruição, consumo e públicos (v); conservação e preservação (vi); organização, gestão, legislação e produção da cultura (vii)” (RUBIM, 2009, p. 16).

no sistema apresentado por Rubim (2009), consistindo em uma clara ação de formação de público e difusão da arte e da cultura.

Por essa natureza de difusão, além da interação dialógica com a comunidade, ou seja, o programa propõe dialogar com seu público-alvo e não apenas oferecer eventos culturais, já no objetivo geral é possível identificar ações com potencial de propiciar “Transformação e Impacto Social” em, com isso, ocorrer uma interlocução com políticas públicas. Ainda mais que o programa em questão prevê parcerias com outros setores da sociedade.

5.2.3 Programa C

O Programa C foi executado em 2018 e atingiu o público de 540 pessoas. O objetivo geral, base da análise, propõe:

a) Contribuir para a construção da identidade da [universidade pesquisada] como centro de memória e difusão da produção literária de Alfenas e região.

O objetivo geral do Programa C inclui um componente “institucional” a uma ação de extensão antecipando uma visão de futuro de contribuir para que a Universidade seja um “centro de memória e difusão” da literatura. Esse indicador de ação, categorizado como *construção de identidade institucional*, diferencia a linha de atuação dos Programas A e B, pois ambos buscam difundir a cultura nos ambientes interno e externo à universidade. Dessa forma, o Programa C, por meio de suas ações, preconiza a elevar a universidade a algo, ou seja, ser reconhecida pelas suas ações e iniciativas no campo da literatura.

Com essa particularidade, o Programa C pode ser inserido em momentos distintos do sistema organizador da cultura proposto por Rubim (2009): um centro literário de *difusão, divulgação e transmissão*, um centro que propicia *circulação, cooperação, intercâmbios, trocas* de produtos e iniciativas culturais, além de se constituir um centro para *análise, crítica, estudo, investigação, reflexão, pesquisa* na área da literatura.

Se nesse sistema de cultura o Programa C pode ser considerado de alto potencial, não expõe em seu objetivo geral aspectos de contribuição para “Transformação e Impacto Social”, uma das diretrizes da extensão universitária brasileira. O verbo indicador de ação “Contribuir” associado a

uma expectativa de contribuição para universidade de se tornar um centro de memória e difusão da literatura, aproxima o objetivo geral muito mais a uma iniciativa institucional que, a priori, seria instituído com a criação e institucionalização de um núcleo acadêmico, pois a ação coordenada de uma ação extensão é marcada pela temporalidade, ou seja, possui começo, meio e fim. Assim, não parece viável institucionalmente criar e manter em atividade um núcleo ou centro difusor da literatura somente durante o período de vigência e execução de um programa.

5.2.4 Programa D

O Programa D, apesar de não ter sido executado, foi proposto e aprovado como ação de extensão universitária no ano de 2020 e apresenta o objetivo geral de:

a) Promover oportunidades de diálogo a partir da proposição de reflexões críticas sobre linguagens, culturas e produções literárias em diferentes espaços socioculturais, pertencentes à Universidade e à comunidade em seu entorno.

Esse objetivo está alinhado a ações de formação, portanto, analisado a partir da categoria *Formação humana e reflexão crítica*, tendo em vista a explicitação dessa perspectiva em seu objetivo geral ao se propor à promoção do diálogo a partir de reflexões críticas.

Da mesma forma que o Programa C, é possível incluir, pela análise do objetivo geral, o Programa D nos momentos de *difusão, divulgação e transmissão* da cultura e de *análise, crítica, estudo, investigação, reflexão, pesquisa* na área das linguagens, culturas e literatura, apresentados por Rubim (2009) haja vista sua proposta de ocupação de espaços socioculturais internos (na universidade) e externos (espaços privados).

Essa interlocução com elementos externos à universidade potencializa a possibilidade de cumprimento da diretriz extensionista de “Transformação e Impacto Social” por parte do projeto, pois este não contempla apenas os alunos ou servidores públicos ligados à instituição, portanto, possui um fim social voltado à coletividade.

5.2.5 Projeto A

O Projeto A, desenvolvido na linha temática “Artes Integradas”, apresenta-se no levantamento de dados como desenvolvido nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 como projeto isolado e, em 2020, como projeto componente de um programa. Nos cinco anos de atividade, o projeto atendeu um público de 21.648 pessoas. Para identificarmos algum possível alinhamento com políticas públicas, apresentamos os objetivos gerais do projeto:

a) 2016: Contribuir para formação cultural e humana dos universitários da [universidade pesquisada] e da comunidade em geral, propiciando aprendizado mútuo e momentos de entretenimento, responsável atento às diretrizes extensionistas da Universidade Federal de Alfenas.

b) 2017: Contribuir para formação cultural e humana dos universitários da [universidade pesquisada] e da comunidade em geral, propiciando aprendizado mútuo e momentos de entretenimento, responsável atento às diretrizes extensionistas da [universidade pesquisada].

c) 2018: Manter em atividade o projeto A de forma a continuar contribuindo para formação cultural e humana dos universitários da [universidade pesquisada] e da comunidade em geral, propiciando aprendizado mútuo e momentos de entretenimento, responsável atento às diretrizes extensionistas da [universidade pesquisada].

d) 2019: Manter em atividade o projeto A de forma a continuar contribuindo para a formação cultural/social dos universitários da [universidade pesquisada] e da comunidade em geral proporcionando aprendizagens múltiplas e momentos de entretenimento.

e) 2020: Como ação componente, o projeto compartilha integralmente o objetivo geral do programa em contribuir para a difusão, promoção e fruição da arte e da cultura nos *campi* e unidades da [universidade pesquisada] nas cidades de Alfenas, Poços de Caldas e Varginha por meio de ações coordenadas em formato de apresentações, exposições, mostras e oficinas permitindo um diálogo efetivo com a comunidade.

O objetivo geral do Projeto A ao longo dos cinco anos, não mostrou um alinhamento direto à cultura como política pública, porém, não restringe as atividades à comunidade interna da universidade. Isso pode ser constatado pela identificação textual de menções explícitas da natureza de abrangência ampla direcionando o projeto como uma ação categorizada como de *difusão cultural* e de *entretenimento*, pois visa “contribuir” para formação por meio de aprendizado e momentos de entretenimento. Apesar de não apresentar no texto, percebe-se que o objetivo é a realização de ações culturais nas quais é possível “aprender” e “entreter-se”.

No amplo sistema de cultura de Rubim (2009) o projeto está localizado nos momentos de *difusão, divulgação e transmissão cultural, de análise, crítica, estudo, investigação, reflexão, pesquisa* e, também, de *fruição, consumo e públicos*, tendo em vista que se propõe em difundir a cultura, contribuir para o aprendizado e promover o entretenimento em ambiente universitário e na sociedade.

A diretriz “Impacto e Transformação Social”, condição que pode apresentar o potencial de interação de uma ação de extensão com políticas públicas culturais, não é percebida efetivamente no objetivo geral mesmo preconizando a interação com a sociedade.

5.2.6 Projeto B

O Projeto B, conforme apresentado anteriormente, a partir de 2017 foi integrado ao Programa A, em 2016, atingiu um público de 1170 pessoas e foi desenvolvido segundo o objetivo geral de:

a) Manter em atividade o Projeto de Extensão "Camerata Theophillus" de forma a divulgar a música erudita de câmara no ambiente acadêmico e na comunidade externa à universidade.

A ação indicada no objetivo é a divulgação da música, portanto, categorizado em *Difusão Cultural*, assim como os Programas A e B. No caso específico, a proposta é “manter”, o que já antecipa que o projeto era executado em anos anteriores a 2016, e manteve a proposta de divulgar a música erudita. Nessa linha, o projeto se insere em três momentos do sistema de cultura

organizado por Rubim (2009): *criação, inovação e invenção*, pois o grupo atuar na execução de música de câmara, de *difusão, divulgação e transmissão*, pois a proposta principal é divulgar uma manifestação cultural e de *fuição, consumo e públicos* haja vista que essa divulgação se concretiza com a realização de concertos, pois trata-se de um projeto de manutenção de um grupo musical.

A proposta de manutenção indicada pelo verbo “manter”, também pode alinhar o Projeto B a categoria de *Construção de identidade institucional*, pois se propõe em manter um grupo já consolidado que pesa a possibilidade de associar a Universidade à cultura musical, isto é, uma organização que promove e incentiva a música. Nesse sentido, a diretriz extensionista “Transformação e Impacto Social” aparenta estar pouco contemplada no objetivo geral, pois como o Programa C direciona à manutenção de uma ação que, também, poderia estar associada a uma ação acadêmica ou administrativa, já que o projeto era executado antes de 2016.

5.2.7 Projeto C

Atuando na difusão e na prática da capoeira, o Projeto C atendeu nos dois anos de realização, 2017 e 2018, o público de 3200 pessoas, segundo os dados obtidos pelo sistema de registro de ações de extensão da universidade estudada. O objetivo geral de ambos os anos foi:

a) A prática da capoeira angola tem por objetivo o maior conhecimento e identificação com a memória e ancestralidade de nossa cultura, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes de seus papéis de sujeitos históricos e atuantes na sociedade.

Esse objetivo, no entanto, não apresenta um indicativo de ação direta, como “promover”, “divulgar”, “realizar” ou “preservar” a prática da capoeira. Porém, é possível analisar o projeto com base na categoria de análise *Memória e Patrimônio*, pois a proposta é promover ações voltadas à prática da capoeira. Essa categorização é adequada tendo em vista a natureza dessa manifestação cultural tradicional reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, pela Unesco (UNESCO, 2014)²³.

²³ PATRIMÔNIO Mundial no Brasil. www.pt.unesco.br, 2014. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil>

A proposta do Projeto C de promover a prática da capoeira pode incluí-lo em momentos do sistema elaborado por Rubim (2009) como agente de *difusão, divulgação e transmissão da tradição da capoeira*, de *circulação, cooperação, intercâmbios, trocas*, de *fruição, consumo e públicos* e, principalmente de *conservação e preservação*, afinal a prática da capoeira propicia a sua preservação.

A diretriz “Transformação e Impacto Social” é contemplada com a potencial formação dos sujeitos envolvidos na ação extensionista. Apesar disso, não explicita quem são esses sujeitos: se são público interno da universidade, como alunos e servidores; ou externos. A ausência de apontamento do público alvo, prejudica a identificação do Projeto como um potencial contribuinte de políticas públicas culturais alinhadas ao campo do patrimônio imaterial representado pela capoeira.

4.2.4 Projeto D

O público atendido pelo Projeto D, atuando na área de teatro, foi de 1020 pessoas em duas edições: 2016 e 2018. Ambas edições apresentaram o seguinte objetivo geral:

a) O objetivo principal é solidificar um grupo de estudo e prática de teatro, para que o mesmo possa propiciar a prática teatral no campus, intensificando os movimentos artísticos na universidade - através de apresentações e oficinas - , proporcionando arte e cultura para toda a população acadêmica e para a sociedade de maneira geral.

O objetivo geral do projeto expõe a natureza das ações, direcionando-as ao estudo e à prática teatral. Essas duas características, estudo e prática, incluem o projeto, principalmente, como uma ação extensionista de *Formação artística*, pois visa “solidificar”, ou seja, fortalecer um grupo teatral. Ao mesmo tempo, o projeto prevê o desdobramento em apresentações teatrais e isso o inclui como ação de divulgação desse segmento artístico, de formação de público e, por isso, uma ação de *difusão cultural*.

No sistema proposto por Rubim (2009), o Projeto D pode ser localizado em momentos de *criação, inovação e invenção*, pois consiste também na manutenção de um grupo teatral que, a priori, pode criar produções ou encenar peças já existentes. Ao mesmo tempo, com a premissa de

desenvolvimento de oficinas de formação, se insere no momento de *difusão, divulgação e transmissão*, pois procura divulgar e transmitir conhecimentos sobre o teatro. E, se existe a previsão de estudo, como um grupo de estudo e prática teatral, o Projeto D contribui para *análise, crítica, estudo, investigação, reflexão, pesquisa* no campo das artes cênicas. E, por meio de apresentações, oportuniza à sociedade o acesso a peças teatrais e, com isso, propicia fruição cultural e formação de público, incluindo o projeto no momento de *fruição, consumo e públicos*.

O objetivo geral do Projeto D alinha as ações à diretriz extensionista de “Transformação e Impacto Social”, pois explicita que a ação não é direcionada apenas aos estudantes universitários. Apesar de objetivar o fortalecimento de um grupo de teatro vinculado a uma universidade, deixa claro o fim público do projeto com a sua abertura à sociedade em geral.

5.2.8 Projeto E e Projeto F

Os projetos E e F serão analisados em conjunto, devido à semelhança do objetivo geral de ambos. O Projeto E atendeu 40 pessoas em 2016 e consiste em uma ação de pesquisa e divulgação da obra do fotógrafo o específico Paulino Araújo²⁴ conforme explicitado em seu objetivo geral:

a) Pesquisa e divulgação do acervo fotográfico de Paulino Araújo, envolvendo a comunidade na discussão e seleção das imagens para a divulgação, sendo incentivada a prestar depoimentos sobre as imagens, contextualizando-as a partir de suas vivências pessoais.

O Projeto F é um desdobramento do Projeto E, porém, diferente da ação anterior não está focado em apenas um fotógrafo e isso pode ampliar o campo de atuação do projeto. No entanto, o projeto não atendeu nenhum público e isso, conseqüentemente, o elege como uma ação não executada do ano de 2017. O objetivo geral reforça a proposta da ação:

a) Pesquisa, seleção, datação e divulgação do acervo fotográfico sobre o Sul de Minas Gerais, envolvendo a comunidade na discussão e seleção das imagens para a divulgação, sendo

²⁴ Paulino Araújo Ferreira Lopes foi um fotógrafo nascido em Campanha/MG, em 1891 e falecido em 1971. Atuou, por seis décadas e teve trabalhos publicados na Revista Alvorada (1928-1930). Seus trabalhos eram compostos, principalmente, de retratos. (ARAÚJO, Paulino. *In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico da fotografia e dos fotógrafos do Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/verbetesfotografia/node/9>. Acesso em: 01 mai. 2022.)

incentivada a prestar depoimentos sobre as imagens, contextualizando-as a partir de suas vivências pessoais.

Nos projetos E e F, a primeira identificação ao analisar o objetivo geral com base nas categorias de análise criadas neste trabalho, é o alinhamento das ações com a proposta de preservação da memória visual de uma região específica, no caso, o Sul de Minas Gerais, por meio da fotografia. E nesse processo, os projetos sinalizam o envolvimento da comunidade na discussão e seleção de imagens para uma divulgação. A partir dessa proposta, fica explícito que a linha de atuação dos projetos E e F está direcionada à contribuição para a *Memória* e ser fonte de pesquisa e debate.

Considerando o sistema proposto por Rubim (2009), é possível incluir a atuação dos projetos, primeiramente, no momento de conservação e preservação. No entanto, haja visto que além da preservação, o objetivo geral dos Projeto E e F sugerem que a memória visual advém de pesquisa para composição de um acervo para posterior divulgação, é possível incluí-lo nos momentos de *difusão, divulgação e transmissão* e de *análise, crítica, estudo, investigação, reflexão, pesquisa*. Porém, não é exposto como essa divulgação será feita e qual é o público alvo da ação.

A ausência dessa de definição do público e da abrangência dos resultados dos projetos dificultam o alinhamento da ação com a diretriz extensionista “Transformação e Impacto Social”, ainda assim, não desconfigura os projetos como ação de extensão universitária, pois, inclui a comunidade em seu escopo teórico e prático, mesmo não especificando.

5.2.9 Projeto G

O Projeto G, desenvolvido em 2017, atendeu um público de 56 pessoas e apresenta o em seu objetivo geral:

a) Estudar os efeitos da música e suas potencialidades, sob o ponto de vista da Sociologia e da Psicologia

Pelo objetivo, o indicativo de ação do projeto é *Formação humana e reflexão crítica*, pois se trata de um grupo de estudos sobre sociologia e psicologia da música. Nesse sentido, a ação atende as perspectivas relativas à formação humana e, como apresenta a proposta de estudar a música alinhada à sociologia e a psicologia, apresenta o potencial de criar elucidações e problematizações envolvendo a música enquanto produto cultural.

No sistema de Rubim (2009), os envolvidos no projeto são estudiosos e, assim, estão inseridos no momento de *análise, crítica, estudo, investigação, reflexão e pesquisa*. Por outro lado, o cumprimento da diretriz extensionista de “Transformação e Impacto Social” não é identificada no objetivo geral e isso transporta o projeto mais para dimensão do ensino e da pesquisa mesmo registrado como ação de extensão universitária. Alia-se à proposta do projeto, o baixo público atingido de 56 pessoas, contribuindo para o distanciamento da diretriz extensionista que colocaria a ação como uma potencial política pública cultural.

5.2.10 Projeto H

Executado nos anos de 2016 e 2019, o Projeto H atendeu 642 pessoas, com o seguinte objetivo geral:

a) Oportunizar a fruição de diferentes expressões artístico-culturais, bem como incentivá-las, de forma a contribuir para a promoção da qualidade de vida no ambiente universitário.

Esse projeto, diferente dos outros analisados, inclui em seu escopo a fruição cultural e a promoção da qualidade de vida no ambiente universitário por meio da arte. Nesse sentido, podemos entender o projeto como uma ação de *Entretenimento*, pois pretende-se criar oportunidades de promover uma melhor qualidade de vida, assim, adentrando em uma dimensão da arte e da cultura.

Nessa mesma linha, o objetivo da ação extensionista a insere no momento de *fruição, consumo e públicos*, no sistema proposto por Rubim (2009), pois o foco é oportunizar o acesso às expressões culturais, algo que pode ser feito por meio do “sarau”. Um evento caracterizado pela promoção da diversidade de segmentos artísticos, como teatro, música, literatura, entre outros.

Analisando do potencial de “Transformação e Impacto Social” exposto no objetivo geral, percebe-se que o foco é o ambiente universitário, portanto, apresenta uma possibilidade de restrição

de público e local de fruição cultural, ainda que as ações culturais de uma universidade pública tendem a ser de livre acesso à comunidade externa. Essa característica pode atuar como um componente limitador de abrangência e contribuição para políticas públicas culturais.

5.2.11 Projeto I

Com atendimento de 380 no ano de 2016, Projeto I, foi desenvolvido a partir do seguinte objetivo geral:

a) Contribuir na formação de "Agentes Jovens de SAN", promovendo pensamento crítico acerca do que representa o conceito sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e das Políticas Públicas correlatas, estimulando o protagonismo juvenil e a consciência cidadã.

Pelo objetivo geral, o Projeto I é direcionado à formação de jovens como agentes de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).²⁵ Portanto, é um projeto de *Formação humana e reflexão crítica* que visa a contribuir com a sociedade. Mesmo sendo registrado como um projeto na linha temática “Cultura”, não há nenhuma associação a um segmento artístico. Assim, pelo objetivo geral não é possível identificar onde a cultura está inserida no escopo do projeto, mas como foi registrado e aprovado como ação de extensão podemos entender que a arte e a cultura são meios de formação para atingir um fim, que é a formação de agentes jovens de SAN.

No sistema proposto por Rubim (2009), uma ação com essa perspectiva, mesmo sem explicitar no objetivo geral como a interface com a arte e a cultura se apresenta, pode ser inserida como no momento de *análise, crítica, estudo, investigação, reflexão, pesquisa*, como uma atividade de formação, e como se pretendeu formar agentes, conseqüentemente, esses agentes podem atuar na *fruição, consumo e públicos* de modo a promover o objetivo do projeto.

²⁵ Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), segundo o Conselho Federal de Nutricionistas, trata-se da “[...] realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (CONSELHO, Nacional de Nutricionistas. Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em < <https://www.cfn.org.br/index.php/seguranca-alimentar-e-nutricional/>>. Acesso em: 01 mai. 2022).

Em relação ao atendimento da diretriz “Transformação e Impacto Social”, o Projeto I possui um grande potencial de contribuição para políticas públicas direcionadas à segurança alimentar e nutricional. Como a formação é o principal objetivo, entendemos a grande possibilidade do efeito multiplicador do projeto, haja vista que os agentes formados podem aplicar e difundir o conhecimento adquirido na formação em diversos espaços coletivos, como escolas, centros comunitários, entre outros.

5.2.12 Projeto J

O Projeto J foi desenvolvido em 2018 e segundo o relatório disponível no CAEX, atendeu 500 pessoas. O objetivo geral é apresentado abaixo:

a) O objetivo da formalização do [projeto J] é a consolidação da mesma no meio acadêmico da [universidade pesquisada], além de proporcionar a seus participantes uma experiência lúdica, permitindo o desenvolvimento de suas aptidões musicais.

Pelo objetivo apresentado, o Projeto I trata-se da formalização de um grupo cultural universitário existente, dessa forma, adentra à proposta de fortalecimento de grupo cultural com o fim de proporcionar experiências lúdicas e, e ainda contribuir para o desenvolvimento de aptidões musicais dos participantes. Portanto, pelo objetivo geral o projeto pode ser categorizado como *Entretenimento e Formação musical*, pois procura unir diversão com aprendizado musical.

No sistema proposto por Rubim (2009), os agentes inseridos no projeto participam do momento de *criação, inovação e invenção*, por se tratar de um grupo que propõe um segmento de cultura, no caso, a música. Essa característica o coloca no momento inicial do ciclo de cultura. E como o público alvo é o meio acadêmico e o fortalecimento de um grupo institucional, o objetivo geral não apresenta o alinhamento do projeto à diretriz de “Transformação e Impacto Social”. Pelo público atendido, 500 pessoas no ano de 2018, podemos inferir a participação de pessoas da comunidade, porém, o projeto não explicita em seu objetivo.

5.3 Síntese da análise

Antes de passarmos às considerações finais deste trabalho, cabe um resgate da discussão ocorrida na página 46 e 47, a partir dos quadros 6 e 7. Tomando por base que a meta estabelecida no PDI 2016-2020 era ampliar e fomentar as ações culturais universitárias e ampliá-las de acordo com o incremento ocorrido na quantidade de estudantes de graduação e pós-graduação matriculados, pelo quadro abaixo, é possível verificar que a meta prevista não foi alcançada. Enquanto o número de estudantes cresceu em 6,61%, a quantidade de ações culturais caiu 33,33%.

Quadro 12 – Alunos matriculados x ações culturais.

Ano	Alunos matriculados	Varição	Ações culturais	Varição
2015	6.699	0	45	0
2016	6.965	3,97	45	0
2017	6.706	- 3,71	45	0
2018	6.563	- 2,13	35	- 22,22
2019	6.771	3,16	38	8,57
2020	7.219	6,61	30	-21,05

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos relatórios de extensão e Portal de Dados Abertos (2022).

A seguir apresentaremos uma síntese da análise qualitativa para amparar e facilitar o entendimento dos resultados obtidos. As ocorrências serão apresentadas em quadros divididos em programas e projetos.

Começaremos pelos Programas de Extensão:

Quadro 13 - Ocorrências de identificação de categorias de análise

Categoria	Programa A	Programa B	Programa C	Programa D
Difusão Cultural	X	X		
Construção de identidade institucional			X	
Formação humana e reflexão crítica				X
Memória				
Entretenimento				
Formação artística				

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O quadro acima mostra as ocorrências das categorias de análise dos quatro programas de extensão analisados e contempla duas incidências da categoria *Difusão cultural*, uma incidência de *Construção de identidade institucional* e uma de *Formação humana e reflexão crítica*.

Abaixo apresentaremos as ocorrências da localização dos Programas no sistema do ciclo da cultura proposto por Rubim (2009):

Quadro 14 - Presença dos Programas de Extensão no ciclo de produção da cultura

Momento no ciclo da cultura	Programa A	Programa B	Programa C	Programa D
Criação, inovação e invenção (i)	X			
Difusão, divulgação e transmissão (ii)			X	X
Circulação, cooperação, intercâmbios, trocas (iii)			X	X
Análise, crítica, estudo, investigação, reflexão, pesquisa (iv);			X	
Fruição, consumo e públicos (v)	X	X		
Conservação e preservação (vi)				
Organização, gestão, legislação e produção da cultura (vii)				

Fonte: elaborado pelo autor com base em Rubim (2009).

Pelas análises, é possível observar que um mesmo programa está situado em mais de um momento, isto é, sua linha de ação propõe intervenções diversas com prevalência *difusão, divulgação e transmissão, circulação, cooperação, intercâmbios, trocas* (iii) e *fruição, consumo e públicos* (v).

Abaixo, apresentamos as ocorrências das categorias de análise dos Projetos de Extensão Universitária:

Quadro 15 - Ocorrências de identificação de categorias de análise em projetos.

Categoria	Projetos									
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Difusão Cultural	X	X								
Construção de identidade institucional		X								
Formação humana e reflexão crítica							X		X	
Memória			X		X	X				
Entretenimento	X							X		X
Formação artística				X						X

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Dos dez projetos analisados, percebe-se que um mesmo projeto pode apresentar indicadores de ação diversos. Entre estes, as maiores incidências foram de *Memória* e *Entretenimento* e a menor foi a de *Construção de identidade institucional*.

Abaixo, apresentamos a locação dos projetos no ciclo da cultura proposto por Rubim (2009):

Quadro 16 - Presença dos Projetos de Extensão no ciclo de produção da cultura

Categoria	Projetos									
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Criação, inovação e invenção (i)		X		X						X
Difusão, divulgação e transmissão (ii)	X	X	X	X	X	X				X
Circulação, cooperação, intercâmbios, trocas (iii);			X							
Análise, crítica, estudo, investigação, reflexão, pesquisa (iv);	X			X	X	X	X		X	
Fruição, consumo e públicos (v)	X	X	X	X				X	X	
Conservação e preservação (vi)			X		X	X				
Organização, gestão, legislação e produção da cultura (vii)										

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Rubim (2009).

Da mesma forma que as categorias de análises criadas a partir de indicadores de ação presentes no objetivo geral, a ação dos projetos pode inseri-los em vários momentos do ciclo da cultura proposto por Rubim (2009). Nenhum dos projetos analisados está situado em apenas um momento e, no caso do Projeto D, está presente em até quatro momentos do ciclo da cultura. A maior ocorrência foi de projetos situados no momento *difusão, divulgação e transmissão* (ii) e a menor foi em *circulação, cooperação, intercâmbios, trocas* (iii).

Quadro 17 - Ocorrências de explicitação da diretriz “Transformação e Impacto Social” no objetivo

Transformação e Impacto Social													
Programas				Projetos									
A	B	C	D	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
X	X		X			X	X					X	

Fonte: Elaborado pelo autor com base na análise do objetivo geral dos programas e projetos (2022)

Em relação ao potencial de impacto social dos programas e projetos, observa-se uma baixa ocorrência de explicitação dessa diretriz extensionista no objetivo geral. De 14 ações analisadas, a diretriz ocorre em seis, sendo três programas e três projetos. Apesar da mesma quantidade, a incidência é maior nos Programas de Extensão, compreendendo em 75% dos programas analisados e em contraposição aos 30% dos projetos que apresentação a diretriz de Transformação e Impacto Social explicitadas no Objetivo Geral das ações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso pretendeu discutir o papel de uma universidade federal na promoção e fruição cultural como ação de fortalecimento da política pública de cultura, e de forma específica, apontar a atuação da universidade federal estudada como entidade incentivadora e promotora de cultura por meio da extensão universitária, para analisar a possível interface entre programas e projetos de extensão universitária da linha temática “Cultura”, de uma universidade federal localizada no Sul de Minas Gerais, com políticas públicas culturais. Para isso, o *corpus* de análise constituiu-se de documentos oficiais e relatórios de extensão universitária que, por meio da análise de conteúdo, buscamos situar as ações extensionistas de acordo com o objetivo geral. Além dessa análise qualitativa, o trabalho também apresentou dados referentes à atividade extensionista da universidade pesquisada.

Com base nos documentos oficiais, principalmente no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e em relatórios de gestão, foi possível identificar que o lugar da cultura na estrutura institucional da universidade pesquisada é Extensão Universitária com a organização e gestão das atividades extensionistas ao cargo de uma Pró-Reitoria. É, justamente, a organização da atividade extensionista, incluindo um sistema administrativo que gera relatórios com informações integrais dos programas e projetos, foi imprescindível para o acesso a relatórios dos quais originaram as análises presentes neste trabalho com intuito de atender o objetivo geral de identificar a atuação de uma universidade federal no campo da arte e cultura e sua interface com as políticas públicas culturais.

É necessário resgatar que a articulação com universidades para o desenvolvimento de políticas públicas, especificamente com as pró-reitorias de cultura e extensão, integra o Plano Nacional de Cultura, aprovado em 2010. Por isso, além da existência da linha temática “Cultura” entre as oito áreas de atuação da extensão universitária brasileira, é possível intuir que as ações extensionistas culturais das universidades já possuam interface com a formulação e implementação de políticas públicas culturais propostas e implementadas pelo Estado ou por entidades da sociedade civil.

No entanto, o que é latente ao analisar o objetivo geral de programas e projetos, mesmo que estes apresentem parcerias com entidades públicas e privadas, é a ausência de indicativos que os articulem com políticas públicas culturais. Apesar disso, é inegável a contribuição da universidade

para a sociedade diante do atendimento de um público de 59.741 pessoas em quatro programas e 10 projetos de extensão ao longo de 2016 a 2020.

Mesmo com o grande número de público atendido, por meio dos quadros apresentados com dados extraídos do sistema de cadastro de ações de extensão, é perceptível uma diferença expressiva entre público previsto e público atendido e isso leva a considerar que a expectativa era atender uma quantidade ainda mais elevada de público e, também, que de 2016 a 2020 houve uma queda de propostas extensionistas na linha temática “Cultura”, chegando a 33,33% conforme apresentado na Quatro 6 do capítulo Análise e Discussão.

Com o acesso aos relatórios de extensão foi possível identificar que a maior parte das ações extensionistas na área de cultura, na qual está incluída eventos e cursos, são de artes integradas. E isso denota que a cultura na universidade estudada é desenvolvida em diversos segmentos artísticos e formatos. Nos programas pesquisados, o objetivo geral dirige as ações no sentido de promoção e *difusão da cultura* para os públicos internos e externos da instituição. Em relação aos projetos, o equilíbrio de incidências das categorias de análise reforça a perspectiva de diversidade de formas de difundir a cultura por meio da extensão universitária, seja com ações de formação humana e reflexão crítica, de formação artísticas, de preservação da memória cultural ou com foco no entretenimento.

É preciso considerar o atendimento à diretriz “Transformação e Impacto Social” nos programas e projetos de extensão analisados tendo em vista o conceito de políticas públicas. Termos e indicadores de ação do cumprimento dessa diretriz estão presentes em apenas 30% dos projetos analisados. Ainda assim, como a análise foi realizada a partir do Objetivo Geral das ações de extensão, não se pode descartar o atendimento dessa diretriz no escopo dos programas e dos projetos. Para isso, é necessária uma pesquisa aprofundada tendo como corpus o relatório integral da atividade realizada, além de entrevistas e análises quantitativas.

Uma limitação desta pesquisa foi o recorte aplicado para definição do *corpus* de análise, uma vez que foram selecionados programas e projetos que apresentavam parcerias externas, ou seja, aquelas ações que envolviam outros setores da sociedade, tais como instituições públicas e privadas, associações, coletivos culturais e entidades estudantis, na sua execução. Caso a pesquisa tivesse abordado todos os programas e projetos desenvolvidos nos quatro anos de vigência do PDI da universidade pesquisada, poderíamos ter variações nos resultados. Assim, essa limitação

apresenta uma possibilidade futura de novas pesquisas, pois o assunto não foi esgotado nesta monografia de graduação.

Nessa linha, a ausência de ações que atuam no *momento organização, gestão, legislação e produção da cultura* do ciclo da cultura proposto por Rubim (2009), o qual apresenta sete momentos que vão da criação à organização da cultura, expõe um caminho ainda não explorado pela Extensão Universitária da universidade pesquisa. Um caminho que pode permitir uma interface e articulação com as políticas públicas culturais a partir do diálogo e execução compartilhada com outros órgãos públicos e privados, pois pela pesquisa documental presente neste trabalho, é possível considerar o alto potencial da universidade, por meio da extensão universitária, como aliada a implementação de políticas públicas culturais mais perenes e de impacto transformador. Nessa perspectiva, se verifica também, que o tema abre possibilidades de pesquisas futuras, de forma a verificar como ocorre a articulação em rede das universidades federais e demais agentes promotores de cultura e, de maneira mais específica, os impactos dessa articulação nas cidades onde essas instituições de ensino superior estão inseridas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Carta de Vitória**. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/andifes-carta-de-vitoria/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

_____. Universidades federais: patrimônio da sociedade brasileira. Brasília: ANDIFES, 2017. Disponível em < <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/publicacao-UniversidadesFederais-Patrimonio-da-Sociedade-Brasileira.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

ADORNO, Theodor V. **Indústria Cultural e sociedade**. 5ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARRUDA, Malu. **O papel da universidade nas políticas culturais** (Entrevista). Observatório Itaú Cultural. Disponível em: < <https://www.itaucultural.org.br/o-papel-da-universidade-nas-politicas-culturais-malu-arruda>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BARBALHO, Alexandre. O sistema nacional de cultura no governo Dilma: continuidades e avanços. **Revista lusófona de estudos culturais**, v. 2, n. 2, p. 188-207, 2014. Disponível em: < <https://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/1775>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

BARBALHO, Alexandre. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no governo Temer. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, nº 1 (2018). Disponível em <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9230>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, José Márcio. **A mudança da cultura e a cultura da mudança: cultura, desenvolvimento e transversalidade nas políticas culturais**. In BARROS, José Márcio e JÚNIOR, José Oliveira (Orgs.). *Pensar E agir com a cultura; desafios da gestão cultural*. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011.

BOTELHO, Isaura. **A política cultural e o plano das ideias**. In RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 109-132.

BRASIL. **Decreto n.º 19.851 , de 11 de abril de 1931**. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Lei n.º 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em: Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Lei n.º 12.343, de 2 de dezembro de 2010. **Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 nov. 19.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 10 nov. 19.

BRASIL. **Projeto de lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020):** projeto em tramitação no Congresso Nacional/ PL no. 8.035/2010. ABREU, Márcia; CORDIOLLI, Marcos (Orgs). Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

BRASIL. Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em 21 de set. 2021.

BRASIL. **Decreto no. 6.495, de 30 de junho de 2008.** Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. **Programa Mais Cultura nas Universidades.** Disponível em: <<http://cultura.gov.br/programa-mais-cultura-nas-universidades/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. **Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF, 2016a. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-726-12-maio-2016-783106-publicacaooriginal-150375-pe.html>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 728, de 23 de maio de 2016. Brasília, DF, 2016b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv728.htm>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, 2019a. Disponível em <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57510830>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.107, de 6 de novembro de 2019. Transfere a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo. Brasília, 2019b. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10107.htm>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1075, de 2020**. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, enquanto as medidas de isolamento ou quarentena estiverem vigentes, de acordo com a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, 2020. Disponível em < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0p2vm7bbyt1vo15topt90nmfcz2526595.node0?codteor=1870963&filename=PL+1075/2020>. Acesso em 28 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004**. Regulamenta a Lei no 10.858, de 13 de abril de 2004, e institui o programa "Farmácia Popular do Brasil", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5090.htm>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. **Lei 14.017 de 29 de junho de 2020**. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Censo da educação superior 2020: Sinopse estatística. Brasília, DF: MEC, INEP, 2022. Disponível em < https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/tabelas_de_divulgacao_censo_da_educacao_superior_2020.pdf>. Acesso: 19 mar. 2022.

CALABRE, Lia. **Política cultural no Brasil: um histórico**. IN: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, I, 2005, Salvador/BA. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas**. IN: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-107.

CALABRE, Lia. O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 81-98, jan./jun. 2006. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2254/1393>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

CANCLINI, Nestor García. **Definiciones en transición**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100912035750/5canclini.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CAMPOMORI, Maurício José Laguardia. O quarto pilar da universidade do futuro. **Diversa**, Belo Horizonte, ano 7, nº 13, fev. de 2008. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/diversa/13/artigo5.html>>. Acesso em: 12 nov. 19.

CERQUEIRA, Amanda P. Coutinho. Política cultural e “crise” no governo Temer. **Revista Novos Rumos**, v. 55 n. 1, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2018.v55n1.10.p178>> . Acesso em: 28 ago. 2021.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FLORES, Antonio Joreci. Teorias da administração pública. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2016.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. FONAPRACE: Brasília, 2011. Disponível em <<http://www.andifes.org.br/>> Acesso em 13 dez. 13, 11:41:00

ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1., 1987, **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Brasília: UNB, 1987. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2022.

_____. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012.

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.1)

_____. **Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão.** Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. (Coleção Extensão Universitária; v.4)

_____. Extensão Universitária: **Organização e Sistematização.** Belo Horizonte: CoopMed, 2007. (Coleção Extensão Universitária; v.6)

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Disponível em <http://forumeja.org.br/files/Extensao_ou_Comunicacao1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FUNDAÇÃO AÇÃO SOCIAL. **Liceu de Ofícios - Inovação Cidadania Cajuru (Fab Lab)** Disponível em: <<https://fas.curitiba.pr.gov.br/nucleoRegional.aspx?idf=220>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; SEC-SP;SEBRAE. **Conjuntura do setor de Economia Criativa Efeitos da crise da Covid-19. São Paulo: FGV/SEC-SP/Sebrae, 2020. Não paginado. Disponível em** <<https://www.cultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Pesquisa-FGV-Impacto-pandemia.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

LÁZARO, André. Universidade e Cultura. In. CONDURU, Roberto; SIQUEIRA, Vera Beatriz (Orgs). **Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Rede Sirius, 2003, p. 21-28.

LIMA, João Silva. Compromisso ético e os caminhos da extensão: um olhar sobre as intervenções extramuros da universidade. **Interagir: pensando a extensão,** Rio de Janeiro, n. 8, p. 153-157, ago./dez. 2005.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Revista Estudos Avançados,** São Paulo, n. 15, p. 295-304, 2001. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/eav/article/view/9807/11379>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. **Quem somos.** Disponível em: <<https://www.msf.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

MELO NETO, José Francisco de. Extensão universitária: bases ontológicas. In: **Extensão Universitária: diálogos populares.** João Pessoa: UFPB, 2002. p. 7-22. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/livros/pa_1_2002_extensao_dialogo_s_populares.pdf> Acesso em: 10 nov. 2019.

MIRANDA, E. D. A.; ROCHA, E. S.; EGLER, T. T. C. A trajetória das políticas públicas de cultura no Brasil. **Novos Cadernos NAEA,** v. 17, n. 1, p. 25-46, Jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1775/2243>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

MOLINA, Alexandre José. Gestão da Cultura em Instituições de Ensino Superior: perspectivas e desafios na implementação de uma política cultural no contexto das IES brasileiras. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, p. 87-99, 2019. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/download/49019/26091/>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

NUNES JÚNIOR, Paulo Cesar. **Gestión Cultural en instituciones públicas brasileñas de enseñanza superior**. Observatorio Atalaya - Universidad de Cádiz, 2017. (Relatório de Pesquisa). Disponível em: <<http://atalayagestioncultural.es/pdf/98.3.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

PEIXE, João Roberto. Apresentação: a cultura precisa respirar para continuarmos vivos! *In* RUBIM, Antonio Albino Canelas; TAVARES, Márcio (Orgs.). *Cultura política no Brasil atual*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p 25-35.

PRATA, Pedro. Abraham Weintraub: as polêmicas do ministro da Educação. O Estado de São Paulo, São Paulo, 6 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,abraham-weintraub-as-polemicas-do-ministro-da-educacao,70002857628>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

PROJETO TAMAR. Missão. Disponível em <<https://www.tamar.org.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

RODRIGUES, Henrique. **Parecer da Funarte suspendendo Festival de Jazz do Capão é derrubado na Justiça**. Santos, 18, agosto, 2021. Cultura. Disponível em <<https://revistaforum.com.br/cultura/parecer-funarte-festival-capao-derrubado/>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Organizadores da cultura: delimitação e formação. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, Ano XIV, n. 2, maio/ago 2009. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/43350/46972>>. Acesso em: 31 out. 2019.

RUBIM, Universidade, cultura e políticas culturais. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, Ed. Especial, p. 6-17, 4, jun. 2019. Uberlândia: UFBA, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/REP-v0n00-49021>>. Acesso em: 31 out. 2019.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Organizadores da cultura: delimitação e formação. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, Ano XIV, n. 2, maio/ago 2009. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/43350/46972>>. Acesso em: 31 out. 2019.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no governo Lula**. *In* RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010. p 9-24.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil**: tristes tradições, enormes desafios. *In* RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado.** In RUBIM, Antonio Albino Canelas et al (Orgs.). Políticas culturais no governo Dilma. Salvador: EDUFBA, 2015. p 11-31.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Balanco político-cultural do governo Bolsonaro.** In RUBIM, Antonio Albino Canelas; TAVARES, Márcio (Orgs.). Cultura política no Brasil atual. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p 38-55.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **Políticas públicas e sociedade.** 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2016.

SANTOS, Boaventura Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na transição pós-moderna.** São Paulo: Cortez, 1997.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SECCHI, Leonardo. **O que são políticas públicas?** – Entrevista com Leonardo Sechhi - Parte 1. 2018. Disponível em: <<https://youtu.be/tWnZrMRLtCQ>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SEMENSATO, Clarissa Alexandra Guajardo; BARBALHO, Alexandre Almeida Barbalho. Lei Aldir Blanc como política de emergência à cultura e como estímulo ao SNC. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 85-108, jan./jun. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/issue/view/2061/695>>. Acesso em: 29 ago. 2021

SILVA, Camila de Assis et al. Ações das universidades federais de Minas Gerais para o enfrentamento da pandemia do Covid-19. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 25-44, set 2021. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/78435>> Acesso em: 01 mai. 2022.

SOUZA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária.** 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL-MG. **Resolução nº 040/2007 do Conselho Superior da Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG**, de 5 de outubro de 2007 - Estatuto da Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG. Alfenas: UNIFAL, 2010. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/institucional/regimentogeral>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

_____. **Resolução nº 004/2010 do Conselho Superior da Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG**, de 9 de abril de 2010 - Regimento Geral da Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG. Alfenas: UNIFAL, 2010. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/institucional/regimentogeral>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

_____. **Resolução nº 10, de 28 de abril de 2016:** aprova o Regimento Interno da Pró-reitoria de Extensão da UNIFAL-MG e dá outras providências. Alfenas: UNIFAL, 2016. Disponível em: < <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/wp-content/uploads/sites/52/2019/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-10-2016-aprovar-reg.-proex-229-2-alterada-pela-Res-11-2016.pdf> >. Acesso em: 12 nov. 2019.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016 a 2020.** Alfenas: UNIFAL-MG, 2015. Disponível em: < <https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento2/wp-content/uploads/sites/53/2018/06/2016-2020.pdf> >. Acesso em: 21 set. 2021.

_____. **Modelo de termo de parceria.** Disponível em: < <https://www.unifal-mg.edu.br/extensao/formularios-e-orientacoes/> >. Acesso em: 21 set. 2021.

_____. **Edital Pró-Reitoria de Extensão Proex 02/2021- Probext 2021:** concessão de bolsas a programas de extensão. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/extensao/wp-content/uploads/sites/96/2021/03/Edital_02_2021_Probext_Programas-1.pdf>. Acesso em: 21 set. 2021.